



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. B AO Nº 66, TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DAS BETS

Ata da 10 ^a Reunião, realizada em 1 de Abril de 2025	4
Ata da 11 ^a Reunião, realizada em 8 de Abril de 2025	60





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezoito minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Humberto Costa, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Carlos Viana, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Efraim Filho e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), em atendimento ao requerimento 207/2024; do Sônia Barros, Diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento 94/2024. **Resultado:** Depoimentos realizados. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 404 de 2025** que: "Convocação do Representante da empresa Peach Blossom River Technology para prestar depoimento" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 405 de 2025** que: "Convoca o Sr Carlos de La Cruz Hyppolito, sócio da Pinbank Brasil, para prestar depoimento" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 406 de 2025** que: "Convida o Sr. Alex Fonseca, CEO da Superbet Brasil, para prestar depoimento" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 408 de 2025** que: "Convocação de Javier Palmerola Fernandez" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 409 de 2025** que: "Convocação de Antônio Carlos Gonçalves Coelho" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 410 de 2025** que: "Requerimento CPI BETS - Informações ao Senhor Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran

Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/04/01>

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e apresentação da Ata da 9ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Essa ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à oitiva do Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Coordenador e criador da campanha nacional Setembro Amarelo, convidado nos termos do Requerimento 207, de 2024, de minha autoria. E também será ouvida, nesta mesma reunião, na condição de especialista, a Dra. Sônia Maria Barros,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, convocada nos termos do Requerimento 94, de 2024, de autoria do nosso querido amigo Senador Izalci Lucas.

Eu convido aqui o nosso primeiro convidado da nossa reunião de hoje, o meu colega Dr. Antônio Geraldo da Silva, para compor aqui o dispositivo e fazer sua exposição inicial. Seja muito bem-vindo, querido Dr. Antônio.

Doutor, o senhor tem 15 minutos para sua exposição, mas, se precisar eventualmente de mais tempo, esse tempo lhe será concedido.

Seja muito bem-vindo e muito obrigado pela aquiescência rápida do nosso convite.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Senadoras e Senadores aqui presentes, eu vou tentar ir direto ao ponto para poder aproveitar ao máximo o tempo que eu tenho para falar aqui nesta Casa.

Eu sou médico, sou psiquiatra, já trabalho nessa área há 38 anos e faço clínica diária continuamente, além de fazer trabalhos importantes, estudos importantes nessa área.

Na Associação Brasileira de Psiquiatria, nós temos uma comissão que é chamada Comissão das Adições, e nessa comissão nós temos vários especialistas que fazem um trabalho continuado com pacientes, também com pesquisas e que continuamente apresentam os resultados do que nós temos nessa área.

Hoje nós temos ambulatórios específicos para atender as pessoas que têm transtorno dos impulsos. E não vou falar aqui, então, como médico, como psiquiatra, como que isso impacta a vida das pessoas, como isso impacta o resultado que nós temos em relação aos jogos, com as famílias e – hoje posso te dizer com tranquilidade – inclusive com crianças e adolescentes, que estão se envolvendo cada vez mais nessa área.

Eu tenho uma apresentação e gostaria de, se puder, passar essa apresentação para eu começar mostrando meus conflitos de interesse, que é importante para todo médico relatar os seus conflitos de interesse. Eu vou passar aqui para vocês. Tem um grupo de...

O próximo, por favor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar sobre os efeitos nocivos da *bet* na saúde mental.

Esses são meus conflitos de interesse, são 20 itens que eu posso apresentar para vocês. Nesses 20 itens, eu não tenho ganho financeiro com nenhuma dessas atividades que eu estou desenvolvendo ali, nada.

Eu sou da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina; da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro; do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; e do Conselho Federal de Medicina. Sou Diretor Adjunto aqui do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal. Só estudei em escola pública; fiz aqui a residência médica no programa da Universidade de Brasília com o Hospital São Vicente de Paulo; depois fui fazer o meu doutorado em Bioética na Universidade do Porto e o pós-doutorado em Medicina Molecular na Universidade Federal de Minas Gerais. Continuo até hoje estudando, porque acho que é importante. Faço parte de algumas editorias de algumas revistas e...

Pode passar. Está ótimo. Pode passar.

E aqui, continuando os meus conflitos de interesse, eu não possuo nenhum vínculo empregatício, *freelancer* ou qualquer outro com ganho financeiro nem com ONGs, nem indústria de equipamentos, nem indústria de medicamentos, nem indústria do álcool, nem indústria do fumo, nem com a indústria da maconha. Eu nem mesmo tenho investimento em ações de empresas dessas áreas.

E, como sétimo item, eu não invisto também na indústria dos jogos e não tenho nenhuma participação com a indústria dos jogos, que é mais uma indústria que nós temos agora de ponta no Brasil.

Próximo.

O que é a dependência? O que nós podemos falar sobre dependências em geral? Qual é o significado da palavra "dependência"? Nós colocamos aqui, pela Oxford, que é um estado ou qualidade de dependente, subordinação, sujeição; ou você pode ter também como necessidade de proteção, de arrimo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

A Opas coloca que dependência é caracterizada pelo uso repetido e prolongado dessas substâncias ao longo do tempo, favorecendo o desenvolvimento de transtornos de dependência, que são transtornos crônicos e recorrentes, caracterizados por intensa necessidade da substância e perda da capacidade de controlar seu consumo, além das consequências adversas no estado de saúde ou funcionamento interpessoal, familiar, acadêmico, profissional ou jurídico. Essa é a definição que nós temos de dependência.

Próximo.

E a dependência em relação às *bets*? A dependência em fazer apostas compartilha raiz com outros tipos de vícios – essa é a questão que é grave –, sejam eles relacionados a substâncias, como álcool, nicotina, cocaína, heroína, morfina, ou a comportamentos, como dependência a sexo, alimentação, compras. Eles dividem ali a mesma raiz.

E nós já sabemos que... Tudo que foi provocado pela dependência da nicotina nós conhecemos; nós lutamos contra isso e lutamos bravamente. No Brasil, nós tínhamos 50% da população brasileira, Senador, dependente do cigarro. Nós trabalhamos intensamente para acabar com essa dependência. Hoje, com as restrições que nós fomos colocando, com as leis que foram criadas, que vocês criaram aqui nesta Casa, nós temos cerca de apenas 10% da população dependente.

Então, assim, liberar só aumenta as dependências. Quanto mais você restringe, mais você diminui qualquer tipo de dependência. Para a nicotina, nós somos um *case* mundial. Então, a gente precisa mirar nesse *case* que nós temos mundialmente para pensar em relação à questão dos comportamentos e, principalmente, desse comportamento ligado à questão dos jogos.

Próximo, por favor.

O que é ludopatia? *Páthos*, o Senador sabe muito bem, porque é médico assim como eu, é o quê? É doença. E *ludus* está ligado aos jogos. Então, a doença dos jogos é uma condição médica caracterizada pelo desejo incontrolável de continuar jogando. A doença é reconhecida pela OMS, e no Brasil tem CID 10-Z72.6, que é a mania de jogos e apostas, e ainda na CID 10-



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

F63.0, que é o jogo patológico. Então, é uma doença. Podem falar o que quiserem, divulgar o que quiserem, defender o que quiserem, mas é uma doença.

É uma doença que está se alastrando e está prejudicando crianças, adolescentes, adultos, idosos e todos os seus familiares, porque essa é uma dependência que não se restringe a prejudicar a pessoa; ela faz migração de classe social para baixo para famílias inteiras.

E quando o Senador fala que ele é o criador, no Brasil, e o coordenador nacional da campanha Setembro Amarelo, ele falou por um propósito muito claro: a campanha Setembro Amarelo é a campanha de prevenção ao suicídio. A campanha Setembro Amarelo nós iniciamos em 2013 e efetivamos em 2014. Por quê? Porque os índices de suicídio só têm aumentado na população em geral, não têm diminuído. Nós só estamos tendo aumento de suicídios. Diferentemente da Europa, Ásia, aqui só tem aumentado cada vez mais o número de pessoas que se suicidam. Nos Estados Unidos, não estava assim, mas, depois da liberação de drogas em alguns estados e também da questão dos jogos, só tem aumento dos suicídios nos Estados Unidos, o que a gente não imaginava; a gente esperava que fosse diferente.

Então, toda relação da campanha Setembro Amarelo com esta CPI existe, e existe porque pessoas se suicidam por causa da ludopatia. Pessoas se suicidam porque se envolvem e desenvolvem quadros psiquiátricos importantes, se envolvem com as *bets* e desenvolvem quadros psiquiátricos importantes, como depressão, como ansiedade, e até desencadeiam outros quadros que podem acontecer com a população em geral.

Próximo, por favor.

Agora, aqui eu vou mostrar para vocês uma lista extensa do que define ludopatia, Senador. Senadora, olha só: pensamentos frequentes sobre apostas, por exemplo, relembrar apostas no passado ou planejar apostas futuras – é um ludopata –; necessidade de apostar, com aumento na quantia gasta para alcançar o mesmo nível de excitação interna; esforços repetidos e frustrados para controlar, diminuir ou parar de apostar; inquietação ou irritabilidade ao tentar reduzir ou parar de jogar; ver o jogo como uma tentativa de escapar de problemas ou do estresse; após perder dinheiro ou algo de valor com apostas, sentir necessidade de continuar no jogo para se "vingar", entre aspas, algo também conhecido como, entre aspas, "perseguir" as próprias perdas para superá-las...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu digo para vocês: ninguém ganha das *bets* – ninguém ganha das *bets*.

Próximo eslaide, por favor.

Após perder dinheiro ou algo de valor com apostas, sentir a necessidade de continuar no jogo para, entre aspas, "empatar", ou seja, recuperar aquilo que perdeu; jogar quando sentir algum tipo de angústia; mentir para esconder o quanto está envolvido com jogos de azar; perder oportunidades importantes relacionadas com a vida pessoal e profissional por causa do jogo; confiar na ajuda de outras pessoas para lidar com problemas financeiros causados pelos jogos.

Poucos dias atrás, no Hospital Municipal de Barueri, um colega psiquiatra me liga para falar: "Eu estou com um problema grave aqui para internar uma pessoa viciada em jogos, porque ela está sendo perseguida por sete agiotas". Por quê? Porque foi pedindo dinheiro com um, depois pro outro, depois pro outro, depois dinheiro para o outro para pagar o um, para pagar o dois, para pagar o três...

Jogar quando sentir algum tipo de angústia. É um absurdo! Por quê? Nós somos campeões mundiais em transtornos de ansiedade. Percentualmente, o Brasil é o país que mais tem pessoas com transtorno de ansiedade. Então, nós não somos, Senadora, um país de pessoas tranquilas, nós somos um país de pessoas ansiosas. E, se você deixa fácil isso para um país que é campeão de transtorno de ansiedade, o que você vai fazer? Você só vai aumentar cada vez mais o "consumo" – entre aspas – desses jogos.

Contar com a ajuda de outras pessoas? Essa ajuda não vai existir, se você esperar que não seja aquela dos seus familiares ou aqueles que atuam para tratar essas pessoas ou para tirar essas pessoas desse vício. Quem alimenta o vício só vai ter problemas.

Próximo.

A ludopatia funciona no mesmo mecanismo que as dependências químicas em geral. É a mesma coisa. Ela é causada pelo desenvolvimento da fissura, que é o desejo incontrolável de jogar e apostar. A pessoa faz qualquer coisa para isso. Vou dar um exemplo para vocês. Os adolescentes não largam o celular, é o tempo inteiro, mas eles são capazes de vender, de entregar o celular. Por quê? Para poder continuar jogando. Eu já tive pacientes de perder, numa



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

noite, por exemplo, num jogo de pôquer, R\$500 mil e ter que fazer o quê? Empenhar o apartamento para poder pagar. E, nos jogos eletrônicos, então, isso a gente vê diuturnamente, jogando e entregando o que pode e o que não pode. Tem pacientes que não têm mais acesso, nenhuma possibilidade – nenhuma – de ter cartão de crédito, porque já gastou tudo o que podia e o que não podia. Aí existe ainda a infelicidade de alguns que acreditam em emprestar o cartão para o outro usar. Aí...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – ... ele endivida a si e a seus amigos e familiares.

Nesse caso, a necessidade não é por uma substância, mas pela emoção que apostar e jogar causam no cérebro.

Próximo.

Após perder...

Vamos para cá.

Esse é um processo químico que ativa o sistema de recompensa, isso é um sistema que nós temos no nosso sistema nervoso central, que é o circuito que processa informação relacionada à sensação de prazer, à sensação de satisfação. Então, a dopamina, que é o hormônio ligado a esse sistema, é liberada quando a pessoa aposta, e isso reforça a compulsão, aumentando os níveis de excitação, reduzindo a inibição de decisões arriscadas ou uma combinação de ambos. Então, assim, eu reduzo a inibição, eu vou apostar mais, mais, mais e não vou sair do jogo.

Próximo.

Os impactos da liberação excessiva de dopamina.

O cérebro passa a associar esses estímulos artificiais a um prazer desproporcional. Com o tempo, atividades comuns deixam de proporcionar satisfação, surge a necessidade de repetir o comportamento aditivo para sentir prazer, criando um ciclo de dependência, e consequências a longo prazo que a gente tem é que o indivíduo perde o interesse por atividades gratificantes, naturais, e busca repetidamente o comportamento aditivo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o prazer de sair com família, o prazer de um almoço, o prazer de um jogo de futebol, esses prazeres vão acabando, eles vão deixando de existir. O prazer de namorar, de encontrar namorado, o prazer de voltar para casa, todos os prazeres deixam de ser importantes e a pessoa foca apenas naquele sentimento que ela tem quando entra nos jogos.

O circuito de recompensa se torna viciado, exigindo estímulos cada vez mais intensos para gerar prazer. Por isso você vai aumentando os valores nas apostas e por isso você vai apostando mais e mais. Eu já peguei uma pessoa que durante um jogo de futebol usava três celulares diferentes para apostar diferentemente em cada um deles. Isso leva a prejuízos sociais, emocionais, profissionais e de saúde.

Próximo.

Pode passar, não vou passar isso aqui porque já me deu um sinal de tempo, pode passar.

Quem é que aposta? A maioria dos apostadores...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Pode passar, pode passar.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Mas dá para falar, vou pegar aqui, qualquer coisa, eu volto lá nessa notícia.

Quem aposta? A maioria dos apostadores são homens, mas a diferença não é gritante. Isso assusta porque as mulheres não apostavam tanto. As mulheres estão negativamente se igualando neste defeito com os homens. Oitenta por cento dos apostadores são das classes C, D e E – 80% dos apostadores! – enquanto 20% são das classes A e B, das mais privilegiadas. Quarenta por cento dos apostadores têm entre 18 e 29 anos de idade, o que dá uma perspectiva futura muito ruim.

Próximo.

Ou seja, o perfil do apostador *online* no Brasil é formado, em sua maioria, por homens jovens e de classes sociais mais baixas. Isso dá reflexos gravíssimos para a sociedade como um todo, para os apostadores e para os seus familiares.

Próximo, por favor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estudo apontou ainda, esse estudo feito pelo Instituto Locomotiva, que cerca de 86% das pessoas que apostam estão endividadadas – esses que estão ali apostando já estão endividados –, onde 64% delas têm seus nomes negativados em serviços de proteção ao crédito. Então, 86% estão endividadadas; 64% já têm o nome negativado. O que ele faz a seguir? Ele vai começar a negativar toda a família, a vender bens móveis e até bens imóveis para sustentar o vício.

Próximo, por favor.

Aqui é mais uma matéria. Vou passar, para a gente ganhar tempo com o que vem a seguir. Quer que passe, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Pode passar.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – O Senador que manda, então vamos lá. (*Pausa.*)

Seria importante o som, porque sem o som, as pessoas não vão ouvir.

Isso aqui é falando de um viciado no Jogo do Tigrinho.

Quer que passe, Senador? O Senador que manda, então vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Bom, eu acho que está com problema técnico. Seria importante o som.

Vamos passar adiante. Depois a gente tenta passar os vídeos.

Bom, enquanto tentam passar os vídeos, o que é importante mostrar é que diariamente nós estamos tendo, na mídia em geral, informações de pessoas ou que suicidaram, ou pessoas que se endividaram, ou pessoas que desapareceram e que têm mudado todo o comportamento delas e das famílias – eu quero sempre frisar esse detalhe – por causa da aposta em jogos.

Próximo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – É da matéria mesmo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Esse é um exemplo em que ele usou tudo que ele podia usar nos cartões que ele conseguiu ter e já está totalmente endividado. Passou a usar o cartão da esposa. Então a família toda ali está envolvida, e as perdas irão aumentar, porque aí começam as questões de ameaças, quando se envolve inadequadamente nesse meio onde se busca esse dinheiro para pagar o jogo. E aí as pessoas acabam vendendo seu apartamento, sua casa, para poder bancar a dívida que foi feita. E não tem acesso a tratamento.

Nós não temos um sistema ambulatorial, no Brasil, para atender a essas pessoas e para que elas façam um tratamento gratuito. Nós temos poucos lugares, no Brasil, hoje, em que se faz tratamento ambulatorial e que poderia ajudar essas pessoas a se tratarem. Mas melhor do que isso é as pessoas não entrarem no vício. Se a gente parar antes, não permitir que elas se viciem – pode passar –, seria o ideal.

Pode passar.

Por exemplo, essa é uma matéria que saiu na Agência Brasil, onde beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$3 bi em *bets*, em agosto. Qual é a classe? D e E. Três bi do que foi dado pelo Bolsa Família foram gastos em *bets*.

Próximo.

Parte dos recursos dos programas sociais está indo parar nas casas de apostas.

Segundo nota técnica elaborada pelo próprio Banco Central, os beneficiários do Bolsa Família gastaram 3 bilhões em *bets*, empresas de apostas eletrônicas, via Pix, em agosto – isso é Banco Central. O levantamento foi feito a pedido do Senador Omar Aziz, que pretende pedir ao procurador, à PGR, que entre com ações judiciais para retirar do ar as páginas das casas de apostas, da Internet, até que elas sejam regulamentadas pelo Governo Federal.

Vocês acham que isso aqui mudou? Não, isso só tem piorado.

Próximo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Principais razões dos apostadores, segundo o Instituto Locomotiva: 53% vai lá para ganhar dinheiro. E aí eu repito: ninguém ganha das *bets*. Não existe nenhuma possibilidade de a pessoa enriquecer através das *bets*. As *bets* sempre ganham. Essa ilusão de quebrar a banca não existe. Vinte e dois por cento: busca por diversão, lazer e entretenimento; 10%, por emoção e adrenalina; 7%, para passar o tempo; curiosidade, 6%; e aliviar o estresse, 2%.

Nenhuma das causas que levam as pessoas a buscar as *bets* se autojustificam. E o que leva é cada vez mais à dependência, endividamento e perdas pessoais, familiares, no trabalho, perdas sociais.

Próximo.

"*Bets* lucram até R\$20 bi, enquanto os brasileiros perdem 23 bi com apostas". Então, é preciso ser feito algo. "O crescimento das apostas desportivas no Brasil traz lucros expressivos para empresas, enquanto apostadores enfrentam perda significativa". Está na *Forbes* isso.

Próximo.

A InfoMoney coloca o seguinte:

Entre os principais destaques, conforme aponta a XP, estão: 64% dos que apostam *online* no Brasil utilizam sua principal fonte de renda para apostar [- 64%]; 63% do que apostam no Brasil afirmam que teve parte de sua renda comprometida com apostas *online* e, termos de implicações para o consumo, 23%, 19% e 14% do que apostam *online* afirmam que se abstiveram de comprar vestuário, alimentos/mercadorias e produtos de higiene pessoal, respectivamente.

Então, as pessoas estão deixando de comprar alimentos, de cuidar da higiene pessoal. Olha o quanto que isso é grave.

Próximo, por favor.

Uma matéria do G1 fala que "Cozinheira perde 80 mil – Cozinheira, vou repetir para não ter dúvida, perde 80 mil – em dois meses: relatos de quem perdeu tudo com cassinos *online*". Cozinheira perdendo 80 mil em dois meses.

Próximo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela diz o seguinte: "A evolução do vício é muito rápida e comparo mesmo ao *crack*. Eu zerei R\$80 mil em dois meses sem perceber". Palavras da Cozinheira que perdeu os 80 mil em dois meses.

Próximo, por favor.

"Meu marido vendeu o carro e colocou R\$10 mil na minha conta, porque não gostava de mexer com banco. [Ele – entre parênteses –], falou para deixar guardado para dar entrada em outro carro". O que aconteceu?

No entanto, Patrícia [então] torrou o dinheiro em novas apostas. "Em menos de um mês ele veio falar comigo e precisei contar a verdade. Foi horrível", conta.

Foi após essa conversa que a situação de sua saúde mental se agravou com um quadro de ansiedade e depressão.

Em [...] [2020 e 2022], Patrícia viveu altos e baixos. No meio do ano passado a situação parecia estar melhorando e, com a venda de marmitas, ela começou a quitar dívidas, mas veio a recaída, que é algo que luta até hoje.

E quando alguém no Brasil adoece de depressão e ansiedade, aí eu trago para os meus dois Senadores aqui presentes, Senadora Soraya, Senador Hiran e Senador Izalci, que está aqui conosco – meu Senador aqui pelo Distrito Federal – o seguinte: nós não temos sequer um medicamento para tratar a ansiedade na Farmácia Popular, nós não temos sequer um antidepressivo para tratar a depressão na Farmácia Popular, nós temos nas farmácias do SUS alguns, durante algum tempo, com efetividade, às vezes, que nós colocamos em xeque e a quantidade nem sempre existe. E as pessoas, mesmo conseguindo chegar a um psiquiatra e receber a possibilidade de tratamento, mesmo conseguindo chegar a um psicólogo, que é mais difícil ainda, porque a fila para fazer uma consulta em psicoterapia – saiu hoje na Globo – no DF é de mil e quinhentos e tantos dias... Como é que você faz as pessoas entrarem, adoecerem, se a gente não tem acesso a tratamento? Não temos um antidepressivo na Farmácia Popular, nunca tivemos. E praticamente 100% dos antidepressivos hoje não têm patente, podem ser produzidos pelos laboratórios do próprio Governo, do próprio Estado. E os comprimidos, se comprar pelo Estado, custa centavos – nós não temos. Nós não temos ansiolíticos. A maioria dos antidepressivos também são usados para tratar transtornos de ansiedade, mas também não



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos ansiolíticos e não tem psicoterapia de acesso fácil para as pessoas chegarem também a ter um psicólogo.

Próximo.

“Perdi R\$100 mil em um ano’. Em outro grupo de ajuda *online*, encontramos Juliana*, uma advogada do Paraná que decidiu falar sob a condição de anonimato. Ela conta que viu a vida mudar um pouco em mais de um ano por causa de um simples jogo *online* que acessou em um momento de relaxamento.

“Ah, não estou fazendo nada, vou pegar o celular aqui e vou brincar aqui um pouquinho.” Vá brincar com quebra-cabeça, vá brincar com palavras cruzadas, vá brincar com Sudoku, que você ainda vai cuidar da sua saúde mental, da sua memória, evitar demências. Brincar com esse tipo de jogo aqui sempre dá no que dá, como o relato dessa advogada: “Eu sempre vi os outros falando de jogos e apareceu uma influenciadora dizendo [uma influenciadora, repito] que estavam dando um bom ganho e que daria para tirar uma renda. [Claro, a influenciadora ganha nas perdas, ganha com o dinheiro de quem perde.] Eu fiquei dias pensando naquilo e os anúncios foram aumentando, até que eu entrei”, recorda a advogada.

Próximo.

E nós estamos falando de uma advogada.

“Estudante de Direito de SC gasta R\$72 mil de verba de festa de formatura no ‘jogo do tigrinho.’” Ela pegou toda a economia de todos os estudantes que investiram para a formatura e jogou tudo isso no tigrinho.

Próximo.

Estes aqui são os meus contatos: meu Instagram é @antoniogeraldo; meu X; meu *e-mail*; e meu celular pessoal. Se alguém precisar de ajuda, se alguém precisar de nossa orientação, a Associação Brasileira de Psiquiatria trabalha incessantemente – e não é o Antônio Geraldo, isso é a minha comissão, a comissão de adições – para poder ajudar, como um todo, a população brasileira em relação aos jogos. A nossa recomendação é: não entre em jogos eletrônicos, não inicie, não acredite que você consegue parar, porque ninguém ganha das *bets*, não existe nenhuma possibilidade de enriquecer com as *bets*, não existe chance nenhuma de você sanar a



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ansiedade jogando. Isso se inicia com você achando que vai conseguir, que te melhorou, te deixou melhor ali, mais tranquilo. Hã-hã! Vai virar vício, vai virar dependência, você não vai conseguir parar e você vai prejudicar toda a sua família.

E o que nós dizemos sempre? Permitir, facilitar, deixar isso aberto para a população é um caminho sem volta para empobrecimento, é um caminho sem volta para dependência, para desencadear quadros psiquiátricos, e essa população não vai ter acesso a tratamento, não tem facilidade de chegar até o psiquiatra. Eu atendo há 28 anos e nunca vi ter bom resultado quem se envolve com jogos em geral e agora com as *bets* mais especificamente, porque as pessoas, às vezes, estão aqui no Plenário e estão jogando; às vezes, elas estão dentro de casa, sentam à mesa, mas estão de olho o tempo inteiro no celular porque estão jogando. Aí, quando olha... "Não, eu estou aqui na mídia social". "Não, eu estou vendo um *e-mail* importante". "Estou vendo uma mensagem importante no WhatsApp". Não adianta.

E esconder não funciona. Você tem que dizer exatamente no início quando você já começou a jogar e está voltando a jogar... "Ih! Eu estou viciando nessa coisa, eu tenho que parar". E avisa logo para um ente querido, para um amigo de confiança: "Olha, eu estou muito envolvido com jogo, eu preciso parar. Como eu faço para parar?".

Então, a máxima... E aqui, Senador Hiran – nós já ouvimos isto muito em nossos consultórios, e a Senadora Soraya já ouviu isto com certeza –, é aquela mesma história do fumante. Eles dizem o seguinte... O que todo fumante fala? "Eu paro quando eu quiser". "Já parei dez vezes". Ah, é? Você para quando você quiser e já parou dez vezes? Você nunca parou, e é por isso que você voltou. Você voltou pela segunda vez, parou, não conseguiu, voltou pela terceira vez, parou, não conseguiu, voltou pela quarta, pela quinta, pela sexta, pela sétima... Não existe controle, não tem essa de que "eu paro quando eu quiser". Ninguém para "quando eu quiser".

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Antônio, com todo o respeito que eu lhe tenho, como nós temos a Dra. Sônia, do Ministério da Saúde, que também fará a sua apresentação e ainda vou abrir para os questionamentos, eu queria que o senhor fizesse suas considerações finais para começarmos nas perguntas que serão feitas pela nossa



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatora, pelo nosso Senador Izalci presencialmente ou, eventualmente, por algum Senador ou Senadora, que pode fazer as perguntas de maneira também remota.

Então, para concluir, por favor.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Nós da Associação Brasileira de Psiquiatria consideramos que a situação hoje é grave. Nós precisamos promover saúde e prevenir doenças para só então pensar em assistência.

Então, agradecemos demais.

Se pudermos, nesta Casa, ajudar a promover saúde, fazendo restrições ou até proibição ligada a jogos... E pedimos que possam investir mais na área de saúde mental, na psiquiatria, na psicologia, porque nós dependemos disso para tratar desses que já estão dentro do vício.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido colega Dr. Antônio Geraldo.

Passo, logo em seguida, a palavra à nossa Relatora Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas. Bom dia, Senador Izalci. Bom dia, Dr. Antônio Geraldo, todos que estão aqui, servidores, quem está nos acompanhando *online*.

Agradeço ao senhor pela presença, pela lucidez e pelo pragmatismo com que tratou aqui. Adorei as suas aspas, vou utilizá-las, lógico, dando o referido crédito: "Ninguém ganha das *bets*". Então, isso é muito importante, porque as pessoas acham que ganham, né?

A sua explicação já sanou a maior parte das minhas perguntas, mas eu vou tratar de algumas questões ainda para que a população entenda cada vez mais o perigo dessa espécie de jogo e para que nós consigamos entender e abrir uma comunicação específica no Ministério da Saúde para esse problema de saúde mental.

Bom, o senhor disse que atende na psiquiatria há 28 anos. As pessoas vinham... O jogo existe desde os primórdios, mas, desde o começo da sua atividade, como o senhor vê



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando isso? Ou o senhor não vê tantas pessoas procurando no seu consultório, não assumindo? Como é que é isso? Como é que tem crescido o número de pacientes ludopatas?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Olhe, nós temos percebido um aumento cada vez maior de pessoas envolvidas com as *bets* e, conseqüentemente, tendo um aumento da necessidade de tratar o transtorno dos impulsos, que acabam sendo como um todo, mas muito especificamente aí em questão da ludopatia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quais são os principais transtornos mentais associados ao jogo compulsivo? Existe uma relação estatisticamente significativa entre o jogo patológico e transtornos como depressão, ansiedade, bipolaridade?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Nas pessoas que têm uma tendência a apresentar quadros de depressão, quadros de transtorno de ansiedade e outros quadros psiquiátricos, tem realmente eclodido mais esse quadro em função do envolvimento com os jogos, o que acaba fazendo com que a pessoa tenha mais ansiedade – situações não só daqueles que são os apostadores, Senadora, mas também dos seus familiares.

No caso dos relatos, a gente tem, às vezes, relatos muito claros de famílias em que, normalmente, as mulheres – que acabam fazendo a gestão ali, a gestão como um todo da família, né? – entram em quadros depressivos importantes, porque elas que acabam sofrendo a consequência maior, porque nos jogos os homens acabam entrando muito mais intensamente e sofrendo as consequências. O grande problema, o maior problema hoje é que nós estamos igualando mulheres e homens com essa situação, o que é grave.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É verdade.

Bom, entre os jogadores compulsivos, é comum o uso de substâncias atreladas ao jogo – como álcool, drogas – para lidar com as perdas, com a frustração associada ao jogo? O jogo patológico pode ser considerado um gatilho para o abuso de substâncias psicoativas?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Em alguns casos, sim. Há uma comorbidade – comorbidade é doenças conjuntas – muito grande entre a ludopatia, o transtorno dos impulsos,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com quadros psiquiátricos outros, como ansiedade, depressão, que são os mais comuns, os mais frequentes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Estudos já verificaram alguma predisposição genética para esse tipo de vício?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Os vícios em geral, têm aí já estudo mostrando que há geneticamente uma atribuição para aquelas pessoas se envolverem com os vícios, vamos colocar dessa maneira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em geral.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Em geral, sim. Isso é muito importante, porque aqueles que têm alguém na família que é dependente químico, do álcool, de drogas, de jogos, de sexo, de comportamentos em geral devem se cuidar inicialmente nem se envolvendo com isso – que é o que a gente chama de promoção da saúde –, nem se envolvendo; e depois, em seguida, prevenção de doença. Então, você tem que prevenir para não se envolver, porque, depois que entra, é difícil de sair.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É difícil compreender. A gente imagina uma adicção a uma substância que faz com que a pessoa seja dependente fisicamente; aqui, parece que a dependência é apenas psicológica. Então, é difícil compreender, porque é um vício silencioso, você não percebe. Você percebe facilmente quando alguém está sob efeito de álcool e de drogas, mas você não percebe, demora muito para perceber essa espécie de vício, não é?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Para a população comum – quando eu falo comum, é não médica, né? –, não ligada à área de saúde mental, porque os profissionais da área acabam percebendo a fissura, a maneira com que a pessoa se comporta, a inquietação para poder sair, para ir embora, não prestar atenção, querer dar umas sumidas e tal... E tem vários pontos ali que nos levam a perceber que essa pessoa está diferente, está estranha, não tem os mesmos cuidados pessoais que tinha antes, não dá o mesmo valor que dava para a alimentação e tal, ou começa a usar mais álcool do que o normal, começa até a fumar; há pessoas que não



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fumavam e já começam até a querer fumar. Isso tudo a gente consegue observar, mas você, no dia a dia, não consegue observar isso, porque são duas questões aí importantes: a psicológica e a psíquica. A psíquica é aquela que envolve todo o desencadeamento que você tem ali de dopamina, o aumento, e a pessoa busca mais e mais a liberação de dopamina; e a psicológica é aquela que também envolve todo um lado que você não consegue enxergar, que desejo, que prazer é esse que é dado para ele estar naquele ambiente: sentir-se poderoso, sentir-se capaz de vencer – "vou igualar", "não vou perder", "agora eu igualo", "eu vou conseguir vencer". Normalmente, quando a doença entra nesse ritmo, já se perdeu completamente. E, normalmente, Senadora, você começa ganhando, claro. O algoritmo faz isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, o algoritmo já vem... ele já é programado para isso.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Mas você ganhou pouco, depois você vai perder mil vezes mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E, muitas vezes, como o último depoente, o ludopata que esteve conosco na semana passada, disse, ele não conseguia resgatar o valor. E aí: "Olha, para você resgatar R\$50 mil que você ganhou, você vai ter que adquirir mais R\$30 de fichas", por exemplo. Então, eles começam a dificultar o resgate do recurso.

Em sua visão, Doutor, de que maneira a atuação de influenciadores digitais contribui para a disseminação da ludopatia, especialmente entre os jovens?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – O nome já indica, né? Influenciadores. Esses influenciadores mudam comportamentos como um todo. Isso não é diferente em relação aos jogos. Eles mudam comportamento em relação ao que se veste, a como se comporta, a como dançar. Por que seria diferente em relação aos jogos? Então, a influência é muito grande.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Na semana passada, a Senadora Damares fez uma analogia muito interessante sobre a questão da escravidão: a pessoa se torna escrava do jogo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu já ouvi uma vez um amigo dizer da dificuldade em parar de fumar e de quando ele se deu conta. Alguém disse num curso para ele o seguinte: o fumante morre, vai para o céu e vai estar lá no céu o tempo inteiro buscando a porta do banheiro, a porta da janela, para ele poder sair dali para ele poder fumar.

Aqui, nós vemos um nítido caso de escravidão também. Então, esses influenciadores digitais colocam as pessoas em estado de escravidão. E, como o senhor mesmo disse, entre aspas, "ninguém ganha das *bets*".

Por isso, eu vou insistir, Sr. Presidente, na oitiva... Nós já temos vários influenciadores digitais cujos nomes já foram deferidos aqui nas nossas reuniões, para que possamos marcar de ouvi-los, porque eles devem, sim, ser responsabilizados, considerando que ganham em cima do que a pessoa perde. E esses contratos... Tem os NDAs, a impossibilidade de revelar, mas, entre nós aqui, não; não tem isso. A investigação corre, conforme a necessidade, em segredo de justiça, mas há, sim, a necessidade de avaliarmos essa espécie de contrato.

Para terminar aqui, porque o senhor foi muito bem na sua explanação, o tratamento adequado seria um tratamento com medicamentos psiquiátricos e também terapêutico, certo? Foi isso que eu entendi. O SUS hoje não tem condições de tratar esse tipo de doença. E eu gostaria de saber também se a academia ou se os profissionais da saúde mental estão preparados mesmo para... especializados na ludopatia, nesse tipo de vício?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Não, como um todo não. Nós temos um grupo que cuida especificamente da área de dependência química, que é de altíssima especialização e que trabalha constantemente. E é muito interessante ver o amor, o carinho, o empenho, por exemplo, que a minha Comissão de Adições tem – coordenada pela Dra. Carla Bicca, uma psiquiatra lá de Porto Alegre, junto com toda a sua equipe, colegas do Brasil inteiro –, ao cuidar desses casos.

Mas nós precisamos de muita formação ainda, de especialização para as pessoas. Nós temos o Dr. Ronaldo Laranjeira, por exemplo, que, em São Paulo, na Unifesp, faz cursos voltados para as dependências em geral e tem trabalhado intensamente para que isso seja levado adiante para ter melhor resultado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a Associação Brasileira de Psiquiatria... o nosso sonho era poder fazer, por exemplo, uma pós-graduação para atender a população gratuitamente – médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros –, para trabalhar com essa população para a gente ter melhores resultados; e também campanhas públicas, orientando claramente... fazer uma influência digital, Senadora, no sentido de mostrar para as pessoas: "Esses são os resultados de quem está envolvido com as *bets*; esses são os resultados de quem está envolvido com os jogos".

A gente não tem isso, porque a gente precisa trabalhar com promoção da saúde — eu preciso frisar muito isso — e prevenção de doenças. A gente não pode ficar apenas na assistência; a gente tem que trabalhar antes de entrar nos vícios.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Interessante...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, minha querida Relatora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu, hoje de manhã, até estava conversando com alguém da imprensa, que me pediu ali algumas considerações a respeito do nosso trabalho aqui.

E já ficou claro aqui, Dr. Antônio Geraldo, o efeito extremamente nocivo que esses influenciadores têm gerado para a formação dos nossos jovens, principalmente os jovens menos favorecidos, que são aqueles que mais se viciam e mais precisam do quê? Do nosso Sistema Único de Saúde, que é sobrecarregado, que não tem condição de fazer um acompanhamento, como o senhor falou aqui, em relação a essas patologias ligadas à dependência de jogos – de jogos de azar de uma maneira geral –, de forma que, minha querida Relatora, eu acho que já está passando da hora de nós proibirmos influenciadores digitais de estimularem crianças menores, dando uma noção falsa de que jogar pode ser uma oportunidade de ficar rico, de ganhar dinheiro, de comprar carro importado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Já há projeto tramitando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É uma coisa que a gente precisa realmente defender aqui porque, quando nós defendemos essa questão aqui, nós estamos defendendo a sociedade, o nosso futuro.

O senhor falou sobre um telefone que foi vendido por alguém que é seu paciente, e eu falava – vou chamá-lo de você, que nós somos mais ou menos da mesma época... Quando eu vinha para cá, Soraya, eu conversei com um amigo meu, que é médico, que tem um filho de 21 anos, que começou a ficar absolutamente dependente de jogos – um garoto muito bem formado. Eu liguei para ele, para ele assistir a este nosso debate sobre a questão de saúde, e eu perguntei: "Como é que está o teu filho?". Ele disse: "Olha, acabou de vender o celular para jogar". Essa é que é a nossa realidade.

Então, nós precisamos, realmente, dar uma resposta rápida à sociedade nessa questão. Muitas pessoas dizem: "Ah, você vai chamar o fulano, um famoso, para quê?". Nós temos muita responsabilidade com essa questão, e eu certamente... Aqui, nós vamos dar uma resposta à sociedade, através do trabalho que a Relatora está fazendo – dos dados que ela tem. Enfim, eu acho que, ao final deste nosso trabalho aqui, nós vamos apresentar as proposições que virão ao encontro do interesse das famílias brasileiras, do Estado brasileiro, porque também nós temos aí, já, provas de que há evasão de divisas, de que há renúncia fiscal; vamos ter que fazer essas *bets* pagarem impostos e com que esses impostos sejam revertidos em parte para a saúde, para tratar essas questões...

Acho que estamos fazendo aqui um trabalho que nos é muito gratificante. Quero parabenizar nossa Senadora Soraya pela sua condução na Relatoria, nossos Senadores, especialmente... Nós temos aqui o nosso Senador Izalci, que é um dos homens mais ativos desta Comissão e que tem o maior número de aprovação de requerimentos aqui. E mais: quero parabenizar também o senhor pela sua brilhante exposição, que nos deixou até sem muitas perguntas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim, mas apenas para terminar, Sr. Presidente...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... porque o senhor abordou o tema com muita profundidade.

Obrigado.

Obrigado pelo relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... dizendo para ele que, como nós não conseguimos coibir nem proibir... Porque nós não conseguimos cercar o Brasil de um muro virtual, então, nós estamos também... Agradeço a humildade da Associação Brasileira de Psiquiatria de compreender também que precisa avançar no estudo sobre o tema, como nós estamos aqui aprendendo a dirigir com o carro já andando.

Essa é a situação do próprio Poder Executivo. Nós nos deparamos com um fato social – uma pandemia, já; uma pandemia –, porque nós acreditamos – e eu acho que o senhor acredita também – que exista já uma subnotificação. As pessoas não assumem; é algo muito difícil de assumir. E nós vamos, no final, com o relatório... Um dos propósitos da CPI é apresentar um projeto de regulamentação. Já está tramitando aqui no Congresso Nacional a proibição de *influencers*, mas não tramitou, então, nós não temos uma lei que tenha passado ainda por todo o trâmite. Mas, de autoria desta CPI, nós já estamos trabalhando numa regulamentação – e uma regulamentação bastante severa – que copia, em tese, muitas de muitos países que já estão lidando com isso – o que é bom a gente copia –, para fazer um paralelo com o direito comparado, com limitação de jogos, de participação semanal, com um *stop* no cartão de crédito; enfim...

Então, eu quero lhe agradecer, pedir para a nossa CPI abrir um espaço já, logo, de conversa, no Ministério da Saúde, para que nós possamos pedir – inclusive, junto com vocês, porque o que vocês vêm aqui para colaborar, nós já vamos trazer para trabalhar conosco –, para que possamos nos preparar e preparar o setor público, o SUS, para essa questão – em geral, né? – da saúde mental, que é primordial, mas dessa epidemia, dessa pandemia que já se tornou, que são os jogos de azar.

Muito obrigada pela sua participação, foi muito produtiva. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Geraldo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao nosso querido Senador Izalci Lucas para as suas perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu até passei já uma cópia para o nosso Dr. Antônio das perguntas.

Considerando que o jogo patológico é reconhecido como transtorno psiquiátrico grave pela associação e também pela OMS, quais medidas específicas a Associação Brasileira de Psiquiatria recomenda ao poder público para mitigar os impactos psicológicos das apostas *online*, especialmente em população vulnerável de baixa renda, diante da ausência de regulamentação eficaz e da falta de estrutura nos Caps, como foi dito aqui pela Senadora Damares?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Senador Izalci, é um prazer falar com o senhor.

Seria importante que nós tivéssemos um sistema ambulatorial multiprofissional para atendimento de toda essa clientela. Hoje nós não vamos conseguir fazer esse tratamento nos Caps, porque Caps é Centro de Atenção Psicossocial, que é voltado para aquele grupo de pessoas mais ligadas a quadros psicóticos, vamos dizer assim, não são quadros menores – que é assim que é classificado, mas não quer dizer que tenha menos importância –, como tratamento de depressão, tratamento de ansiedade, tratamento de ludopatia, transtornos alimentares.

Portanto, a gente precisaria, então, ter um sistema ambulatorial, que no Brasil ainda não temos, porque o sistema é basicamente Caps cêntrico, e o sistema, no Brasil, de número de ambulatórios, não chega a cem ambulatórios. A gente precisaria, então, ter um crescimento e formação continuada dessa equipe multiprofissional, composta de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fonoaudiólogos. "Ah, mas fonoaudiólogos?" Sim, porque tem também os transtornos que envolvem o tratamento com fonoaudiólogos, os transtornos que envolvem o tratamento com nutricionista, enfim, ambulatórios de saúde mental, principalmente voltados a essa área, focados no crescimento da formação nessa área. É muito pequeno.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir a V. Sa. o seguinte: para que a associação pudesse depois, com os estudos que já foram feitos, pela experiência de V. Sa., encaminhasse para nós aqui alguma sugestão nessa linha...

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... para a gente poder verificar aqui a questão da nossa proposta de mudança na legislação.

Dr. Antônio, diante do relato aqui do André, que esteve aqui semana passada, sobre os devastadores efeitos psicológicos do vício dessa aposta *online*, como euforia semelhante à dopamina de drogas, pensamento suicida, destruição familiar, como a associação tem atuado para capacitar psiquiatras e outros profissionais de saúde mental no diagnóstico precoce e também no tratamento desses transtornos, especialmente em populações sem acesso a clínicas privadas? E qual será o seu posicionamento oficial sobre essa capacitação?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – A associação é uma entidade sem fins lucrativos, privada, que sobrevive da anuidade dos seus associados no pagamento por ano e que não compreende a possibilidade financeira de fazer formação para outras áreas. No entanto, nós fazemos isso através de cursos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – ... e também através do nosso Congresso Brasileiro de Psiquiatria, via nossa Comissão, que é uma Comissão pequena e que ainda não tem uma ajuda suficiente do Estado para que a gente possa fazer isso de uma forma ampla e objetiva. Nós temos o interesse e temos material humano, não temos capacidade financeira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Talvez a associação poderia orientar ou cobrar ou pressionar o Governo, o Ministério da Saúde ou a Secretaria de Saúde, a tomar determinadas providências, como essa, por exemplo, da capacitação dos profissionais. Acho que talvez fosse uma medida.

Na visão da associação, com os aspectos neurobiológicos e psicológicos do vício em aposta *online*, se equipara a outras dependências... Que tipo de regulamentação ou parceria com o setor privado a associação recomendaria ao Senado para mitigar os gatilhos psicológicos



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

explorados por plataformas, como bônus e algoritmos, conforme destacado pelo André Rolim aqui?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Eu acho que deveria ficar sob a responsabilidade de quem ganha tanto dinheiro com isso pagar ou providenciar o tratamento dessas pessoas que acabam entrando nessa dependência. Então, se transferir a responsabilidade e mostrar que são provocadores de tais situações. Portanto, deveria ter sistema ambulatorial em todo o Brasil, nas cidades brasileiras como um todo, para atender essas pessoas, quer seja com equipes em serviços que já existem, como se acrescentariam, dentro da regulamentação do que existe sobre os Caps, também ambulatorios específicos para cuidar dessas pessoas, porque cada vez mais nós temos mais pessoas adoecendo, não só da questão da ludopatia, mas das outras doenças mentais que estão envolvidas ao lado dessa doença.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas é uma medida – viu, Presidente? – que a gente pode propor, porque, de fato, é o que aconteceu com o cigarro, com a bebida... O custo na Saúde é maior do que a arrecadação dos impostos, e, com certeza, é o que acontece aqui.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Perfeito!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que o Governo arrecada com isso aqui é muito inferior ao que se vai gastar depois com esses tratamentos.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Tem o bônus, Senador, mas também tem o ônus daquilo que está envolvido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais são as principais barreiras identificadas pela associação para a implementação de políticas públicas de prevenção e tratamento da ludopatia no Brasil, especialmente diante da falta de estudos, programas especializados e suporte das plataformas, como apontado também pelo André Rolim?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – A confecção de políticas públicas baseadas em evidência científica, para que essas pessoas possam ter o atendimento e para que a gente possa oferecer para a população. Tudo baseado em ciência, baseado em evidência. Então, pode ser que nós tivéssemos a necessidade de fazer um PLS aqui para poder orientar as políticas públicas



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em saúde mental nesta área e como um todo, porque é preciso modernizar o sistema que nós temos implantado aí, é preciso mudá-lo para ser uma política de Estado e evoluir, porque essa política de Estado, a política que temos hoje, é de 30 anos atrás.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Legal.

Diante da desregulação das apostas *online*, falta de regulamentação, e da insuficiência da Lei nº 14.790, da Portaria também nº 1.231, em prevenir transtornos mentais e endividamento familiar, como a associação avalia a responsabilidade do Estado em proteger a saúde mental da população? E quais ações judiciais, ou legislativa específica, a associação recomenda para aprimorar a identificação precoce e o tratamento de indivíduos em risco?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Políticas de saúde mental baseadas em evidências para podermos ter promoção da saúde, prevenção de doenças, voltadas especificamente para essa área.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerando que a regulação atual prioriza interesses econômicos e que o André Rolim destacou aqui a manipulação psicológica por plataformas, como reforço intermitente, quais diretrizes mínimas a associação recomenda ao Senado para quebrar o desenvolvimento econômico e para a prevenção de danos psicológicos, incluindo o combate à estratégia de *marketing* que explora a vulnerabilidade psíquica?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Aqui é bastante complexo. Seria importante e interessante que, tendo essa demanda, a gente a possa levar para a nossa Comissão das Adições como um todo fazer um estudo amplo e mandar para esta CPI, mandar para os Srs. Senadores tudo que nós observamos, o que temos no mercado e o que pode ser feito para a população ou em relação a essas empresas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com base no depoimento do André Rolim sobre as dificuldades de reconhecer o vício inicialmente e também na fragilidade de medidas como a proibição de ludopatas, da Lei nº 14.790, como a associação avalia a viabilidade de um banco de dados nacional de proibidos? E quais estratégias terapêuticas poderiam ser integradas para proteger o indivíduo em risco?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Caímos na mesma complexidade. Esse é um dos itens dentro de vários itens que precisam ser implantados. Então, isso é parte de um todo. Nós precisamos, então, montar um todo. Isso, com certeza, seria um dos itens que poderiam ser necessários para se controlar, para poder cuidar, para poder ajudar essas pessoas. Quando nós estamos falando de doentes, mesmo falando que nós temos o direito à liberdade, esse direito à liberdade vai até onde você não coloca em risco a sua vida e a vida dos outros. Então, a gente precisa fazer, de uma forma completa e complexa, um estudo para mostrar o melhor caminho. Esse, com certeza, seria um dos itens que entrariam dentro desses estudos para a gente poder implementar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Diante do questionamento da Lei nº 14.790 no Supremo, por expor apostadores a transtornos de jogo patológico, qual é a posição da associação sobre a capacidade do SUS de diagnosticar e tratar esses casos em larga escala, considerando um aumento potencial ligado às apostas de cota fixa?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – O que nós temos hoje em relação ao atendimento no SUS e que nós queremos – e queremos muito – aumentar é essa capacidade, melhorar essa capacidade. O que eu posso dizer para o senhor, Senador, é que, no sistema privado, a gente tem bons serviços e, no SUS, ainda não temos. E precisamos ter ambulatórios específicos para tratar não só a ludopatia, mas também as consequências que advêm daí: ambulatório de tratamento de pessoas com depressão, ambulatório de tratamento de pessoas com transtornos de ansiedade e outros quadros psiquiátricos. Nós ainda não temos ambulatórios especializados no SUS. No privado, a gente acaba tendo, com raras exceções, como, por exemplo, o ambulatório que nós temos na USP, no HC, em São Paulo, com o Dr. Hermano Tavares, que é muito bom profissional, estuda só essa área, especificamente, de transtornos de jogos – ele já fazia isso há muitos anos –, e a gente precisaria ter isso expandido, a gente precisaria ter isso em rede. Aí se poderia ajudar a população.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Diante do impacto devastador das apostas *online* na saúde mental, comparável, inclusive, ao das dependências químicas, e da ausência de campanhas educativas obrigatórias na regulamentação brasileira, como a associação avalia essa lacuna e que tipo de colaboração a entidade poderia oferecer ao Governo para desenvolver iniciativas que informem a população sobre os riscos psicológicos?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Avaliamos como grave, e a Associação Brasileira de Psiquiatria se coloca ao inteiro dispor, voluntariamente, para ajudar o Governo Federal e governos estaduais a trabalharem em cima dessa questão, porque nós temos profissionais capacitados para poder fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerando a influência da publicidade agressiva e das redes sociais na disseminação do vício em aposta, especialmente entre jovens e populações vulneráveis, classes D e E, como apontado por André Rolim, inclusive, no último depoimento, e pelo relatório também da Strategy&, qual a posição da associação sobre a necessidade de regulamentação específica para limitar essas campanhas? E como ela poderia contribuir com dados ou ações para mitigar esses efeitos?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Nós achamos isso urgente, urgentíssimo. Como citamos o exemplo do *case* do tabagismo, nós achamos que, quanto mais restrições tivermos, mais resultados positivos teremos. Então, precisamos urgentemente trabalhar em cima dessa questão, porque não pode ficar em aberto e solto como se encontra. Cada dia, mais e mais pessoas doentes, não tendo acesso a tratamentos e possibilidades de resultado. Então, nós vamos juntar os que já estão doentes com aqueles que virão a adoecer deste momento em diante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A associação identificou a necessidade de campanhas de conscientização específicas sobre o risco das apostas *online*, semelhantes às do tabagismo, como foi dito por V. Sa. E quais medidas concretas a associação propôs ao Ministério da Saúde ou a outros órgãos para prevenir o aumento de casos de dependência e evitar um colapso no atendimento psiquiátrico público?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – A associação, como faz um trabalho voluntário, o que prepara e propõe são diretrizes para atendimento em saúde mental no Brasil. Por inúmeras vezes já levamos essas diretrizes, atualizamos e voltamos novamente até o Ministério da Saúde, mas nunca somos ouvidos, raramente nós somos ouvidos. Nós somos muito ouvidos aqui no Senado, sempre nos deram a palavra, sempre nos convidam para falar dos temas da área de saúde mental, mas, infelizmente, nessa área do Executivo, nós temos dificuldades. Isso não é deste ou daquele Governo, isso é uma questão que está na cultura de o trabalho ali ser mais



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltado para as questões que não são do dia a dia que nós vivemos diariamente. Então, quando nós pedimos mudança nas políticas públicas de saúde mental, é para atender exatamente a evolução do que nós encontramos hoje. Vício em internet, por exemplo, em que não se faz nada, não temos nada e cada dia mais nós encontramos pessoas viciadas em jogos, o.k., mas também vício em internet como um todo. E o que a gente tem de orientação? Nada. O que a gente tem de prevenção? Nada. E a gente precisa ter. A associação não tem esse poder junto ao Executivo. Nós temos muita respeitabilidade aqui pelo Senado, pela Câmara, mas, no Executivo, a gente não encontra esse respaldo, essa respeitabilidade que nós encontramos aqui com os senhores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a decisão do Supremo de proibir publicidade de apostas para crianças e adolescentes, como a associação avalia os impactos psicológicos de longo prazo da exposição indireta nesses grupos de propagandas em ambientes digitais? Que medidas preventivas recomendam para mitigar esses efeitos?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Os efeitos são devastadores, não há dúvida quanto a isso. O que a gente recomenda é exatamente essa construção... E aí eu vou repetir, fica até repetitivo, mas é a ausência de política pública voltada especificamente para cuidar dessas pessoas. Nós não temos nada! Então, nós vamos sempre voltar naquela mesma resposta. Enquanto não tivermos políticas públicas de saúde mental baseada em evidência científica, ouvindo a sociedade civil organizada, mas que estuda, que produz ciência, que fala sobre isso, nós vamos ter muito achismo e pouco resultado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou simplificar aqui as perguntas, porque tem algumas aqui com relação à capacitação dos profissionais do sistema de saúde, eu vou fazer as quatro aqui, e V. Sa. só dá uma resposta única.

Diante do aumento da ludopatia, devido às apostas *online* e da ausência de políticas robustas, como a associação avalia a capacitação atual dos profissionais da saúde mental, no SUS, para identificar e tratar o jogo patológico e quais medidas específicas têm proposto ao poder público para enfrentar essa lacuna, especialmente na atenção primária e nos Caps?

E considerando o impacto devastador das apostas *online* na saúde mental, como o suicídio de um servidor aqui do Senado, inclusive, em 2023, que foi destacado aqui na última



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião pela própria Senadora Damares, e os dados do Supremo Tribunal Federal sobre a prevalência do transtorno do jogo – 1,3% a 9,9% –, que medidas a associação tem proposto ou apoiado para a prevenção e tratamento, especialmente no contexto das Raps?

E diante do aumento projetado da demanda por atendimento devido ao vício em apostas, conforme apontado, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União, e da falta de diretriz específica nas equipes de saúde da família, quais protocolos ou treinamentos a associação recomendaria ao Ministério da Saúde para fortalecer a Raps e atender os 5 milhões de beneficiários aí do Bolsa Família que gastaram mais de 3 milhões em apostas em agosto de 2024?

E com a escassez de profissionais capacitados na Raps e a proposta de programas de psicoeducação, como a associação também avalia a preparação atual dos profissionais de saúde mental para lidar com o tratamento do transtorno do jogo? Quais programas de capacitações específicas tem sugerido ou implementado para garantir a eficácia desse tratamento?

O senhor já falou que o ministério ou o Executivo ouve muito pouco a associação...

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Olha, eu sou psiquiatra da Secretaria de Saúde do estado... do Distrito Federal desde 1988, onde eu entrei como médico residente, na residência da secretaria – na época, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal – com a Universidade Brasília. Desde que eu formei e entrei lá, eu não tive sequer um chamado para um treinamento sequer – um sequer – na minha área. Todos os que eu busquei foram às minhas custas, sob os meus cuidados, sob a minha atenção.

Então, o que nós precisamos é que no plano de carreira de cargos e salário isso exista dentro do próprio sistema público de saúde e que os profissionais possam ter acesso a treinamento constante e que seja cobrado a cada x anos que tenha sido feita uma pontuação x até para poder subir de cargo, melhorar o salário, melhorar a condição de vida e as pessoas terem interesse. Infelizmente, no sistema público de saúde, nós não temos um PCCS que peça isso, que exija isso ou que forneça isso. Todo treinamento é feito por interesse próprio e às custas pessoais de cada um.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Raramente há lugares em que ofertam diferente disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, V. Exa. está vendo que a situação é gravíssima, né? Realmente, o Governo está buscando a arrecadação aí das apostas, mas, de fato a gente não tem estrutura nenhuma para atender o básico na questão da saúde mental.

Alguns eu vou ler rapidamente aqui também só para ficar registrado aqui no contexto.

Dada a ausência de indicadores específicos no SUS para mensurar o impacto das apostas *online* na saúde mental, como apontado pelo Ministério da Saúde e Tribunal de Contas da União, como a associação avalia essa lacuna e quais medidas tem proposto para aprimorar o monitoramento e o tratamento desses casos, considerando o risco de suicídio entre os apostadores?

E, considerando a ausência de um plano de ação consolidado pelo Ministério da Saúde, pelo menos até 23 de dezembro de 2024, e a conexão entre o jogo problemático e o sofrimento mental, como a associação avalia a eficácia das políticas atuais de saúde mental; quais as lacunas identificam que ainda precisam ser abordadas no plano 2024-2026?

A associação tem realizado estudos ou contribuído com o levantamento sobre o impacto do vício em apostas *online* na saúde mental brasileira? Quais dados ou estratégias específicas tem apresentado o Ministério de Saúde para subsidiar políticas públicas de prevenção e tratamento?

Dr. Antônio, qual foi o papel da associação na proposição de diretrizes ou estudos para enfrentar os impactos das apostas *online* diante da falta de estimativa do SUS e da desatualização das normas da Raps apontada pelo TCU e que medida a associação recomenda para suprir essas ausências de dados?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Bom, vamos lá. Como nós não fazemos parte do Executivo e como nós não somos ouvidos ou como não adianta levar as diretrizes, a ABP trabalha muito intensamente para poder ajudar. Para fazer estudos, a gente precisa de dinheiro; para fazer dinheiro, a gente precisa então ter o financiamento para realizar tais estudos. Nós



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estamos abertos para fazer, inclusive para trabalhar voluntariamente, mas os próprios estudos necessitam de pessoas para executarem esse trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Veja bem, durante a covid, nós fizemos um estudo, por exemplo, sobre a saúde mental dos profissionais do SUS. O.k., nós conseguimos um patrocínio da Opas. Com esse patrocínio, nós conseguimos produzir mais de 30 trabalhos científicos mostrando a importância e o que se pode e o que se deve fazer para cuidar desses profissionais e o impacto disso na população geral. Ótimo.

Se a gente consegue um patrocínio para bancar todos os custos que significa fazer um estudo científico – esse é o problema no Brasil, a falta de estudo é exatamente pela falta de verba voltada para esse tipo de trabalho –, nós fazemos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – E fazemos sem nenhum interesse de ganho, é apenas para bancar o estudo e a possibilidade de estudar. Mas o Executivo tem que nos ouvir.

Nós vamos atualizar este ano as diretrizes, estão previstas diretrizes da Associação Brasileira de Psiquiatria para as políticas públicas de saúde mental no Brasil. Nós entregamos isso já várias vezes no Ministério de Saúde, vamos atualizar este ano para entregar novamente, só que agora nós vamos fazer diferente. Nós vamos vir aqui no Senado, vamos buscar ajuda dos Srs. Senadores para que a gente possa levar conjuntamente até o Ministério da Saúde e falar: ó, está aqui, aprovado pela AMB, aprovado pela Federação Nacional dos Médicos, aprovado pela FMB também – a Federação Médica Brasileira – e pelo Conselho Federal de Medicina. Por que não implementar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Legal. Isso é muito bom. Evidente que não sei se já está adiantado esse estudo, mas, encaminhando para CPI, seria ótimo. Se já não tiver encerrado, é uma boa contribuição.

Qual foi o envolvimento efetivo da associação na formulação do plano de ação do Ministério da Saúde? Pelo jeito, nenhuma.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Nenhuma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E nas diretrizes iniciais do grupo de trabalho interministerial, aquela Portaria 37? Por que a associação não foi mencionada como parceira direta, apesar da sua *expertise* na saúde mental e jogo problemático? Não chamaram para discutir nada?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Não, nós não fomos chamados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Senador, nós estamos com essa e outras situações em que o assunto é psiquiatria, que o assunto são os transtornos mentais, que são doenças mentais e nós não somos chamados. Por exemplo, a Resolução 387, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, para o fechamento dos hospitais de custódia de tratamento psiquiátrico no Brasil.

Trabalharam durante 22 anos construindo uma resolução e nenhum médico foi chamado. Aqui eu não falo nem de psiquiatra; nenhum médico foi chamado para participar da construção dessa resolução.

Então, infelizmente, nós não somos chamados. Se formos, assim como aconteceu agora, o Senador mandou o convite e, imediatamente, eu voltei de uma viagem, posterguei uma outra viagem, para um congresso internacional, para a Europa, para poder estar aqui. Por quê? Porque nós prezamos muito tudo que se volta à saúde mental da população brasileira e queremos ajudar. Só têm que nos permitir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só tenho mais uma coisinha rápida aqui.

Considerando a demora na designação de representantes para o grupo de trabalho interministerial, como informado pelo Desmad, como a associação avalia o impacto dessa lentidão na implementação de ações de prevenção e assistência e quais medidas têm tomado para suprir lacunas deixadas pelo poder público?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E com relação à intervenção digital e normas abordadas aqui, dada a proposta de oferecer suporte remoto com especialista em um serviço *online* automatizado, 24 por 7, para apostadores com padrões problemáticos, como a Associação Brasileira de Psiquiatria avalia a eficácia dessas intervenções digitais no tratamento do transtorno do jogo? E quais riscos, como a dependência de telas ou ausência de acompanhamento presencial, deveriam ser considerados na implementação de tais medidas?

Acredito que sejam as próprias instituições do Jogo Legal que estão implementando isso, esse suporte remoto com o especialista. Acha que isso pode ajudar?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Empiricamente eu diria para o senhor que não, mas isso é preciso ser estudado, até porque nós estamos usando o mesmo meio que a pessoa usa para apostar. E aí a gente tem os outros vícios, vícios em telas, o que pode ser feito que você não tem a mesma possibilidade técnica de avaliar pessoalmente.

Então, há casos – eu faço telemedicina, mas há casos – em que eu digo claramente para os pacientes: "Você tem que procurar um médico para te atender presencialmente, você tem que fazer uma psicoterapia presencialmente".

Então, para cada caso a gente tem uma situação a ser proposta e a ser avaliada. Parece sempre que é algo muito fácil e muito simples. Para a psiquiatria não é. Há uma complexidade muito grande aí, que precisa ser totalmente avaliada, para a gente poder trazer isso como uma informação afirmativa de que aquilo vai trazer mais benefícios do que malefícios. Nós, médicos, a gente precisa tomar muito cuidado para não trazer malefício naquilo que a gente implementa junto aos nossos pacientes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só eu queria pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, só para o senhor me dar licença, só a título de contribuição, o nosso conselho federal e as entidades médicas já têm uma opinião pacificada em relação à telemedicina. A telemedicina é importante, mas a telemedicina é um instrumento complementar ao nosso ato médico presencial. Nada substitui uma relação médico-paciente presencial. Não é isso, doutor?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Perfeito, Senador.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Volto a palavra ao nosso Senador Izalci. Desculpe a interrupção.

Queria só dizer que a nossa próxima convocada, por requerimento de sua autoria, já está presente aqui no nosso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem a Sônia também?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela está aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Achei que era só ele hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ela está aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu acho que esse assunto aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela me mandou uma mensagem, falou ela estava morrendo de fome ali, porque ela saiu antes do almoço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só para fechar esse assunto, eu acho que a gente teve aqui o depoimento do André e agora do Dr. Antônio, que mostram claramente o despreparo completo do Brasil e que não foi feita essa análise antes da aprovação dessa lei.

Agora, Presidente, o que está acontecendo, eu estou percebendo aqui na CPI também com os órgãos do Governo, é que não está tendo, como nunca teve também, integração entre os órgãos. Então, por exemplo, todo mundo sabe, eu como contador, auditor, que, quando você quer descobrir as coisas, você vai direto lá no recurso. Então eu tenho um requerimento que foi aprovado convocando aqui o Presidente do Banco Central, mas, na prática, eu queria votar no extrapauta um requerimento de informação, Presidente, porque não adianta só o Presidente do Banco Central, porque ele vai chegar aqui e dizer que não é com ele. Tem a Sra. Juliana Mozachi Sandri, que é Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central, e a gente precisa de umas informações dela. Porque eu vejo, assim, acho que estão jogando tudo em cima do Ministério da Fazenda, da secretaria; a secretaria não tem competência ou condições de avaliar a questão dos agentes pagadores, por onde é que o dinheiro está passando mesmo.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Porque 90% das operações das *bets* é Pix e, se é Pix, o único que pode controlar isso chama-se Banco Central.

Então eu queria pedir a V. Exa. para colocar no extrapauta o Requerimento 410, que é de informação do Banco Central, para essa Sra. Juliana, que é a que detém essas informações.

E acho que a gente precisa avançar um pouco e ouvir aqui, Presidente, essas instituições aí. Tem muito requerimento aprovado e nós temos que fazer um calendário urgente, talvez até fazendo duas reuniões na semana, se é que a gente quer chegar a um resultado positivo com relação à CPI. Tem muito problema e acho que a gente está chegando lá. Só precisamos fechar esses requerimentos que nós já aprovamos e chamar aqui as pessoas para a gente ver para onde esse dinheiro está indo. O Coaf não tem dado as informações, poderia controlar muito bem isso, o Banco Central também. Então não sei o que está acontecendo. Só a CPI para descobrir isso.

É o Requerimento 410, Presidente. Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É o 407.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o 407, Izalci.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É o 407, informações ao Banco Central.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Não, não. Tem o do Banco Central, mas eu apresentei hoje...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Também então.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – O outro era só o Presidente Galípolo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, mas o 407...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quería votar o 410, porque inclui essa servidora do banco, que é quem detém as informações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas mantém o 407?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não. Acho que o 410...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Resolve.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... engloba...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tá. O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... o Presidente do Banco Central e a Sra. Juliana. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Uma informação: o Presidente Galípolo já confirmou a presença dele aqui na Comissão, na próxima terça-feira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tudo bem. Mas essa informação aqui é muito importante, inclusive, para esse dia, que são as informações. Aqui é só pedindo informação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem. Está contemplado, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo. Sim. Vamos aguardar o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado. Eu quero agradecer aqui o meu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O 410, V. Exa. vai botar para votar isso?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou, depois da nossa... Depois de ouvir a...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu, ao mesmo tempo, agradeço a presença do meu querido colega Dr. Antônio Geraldo da Silva. Obrigado pela sua presença, pela sua disponibilidade, pelo fato inclusive de ter ressaltado aqui a importância e o respeito que você tem por esta Casa, ao cancelar seus afazeres aí previamente programados para vir aqui para nos brindar com essa sua exposição.

Muito obrigado, que você tenha um bom dia, e, eventualmente, se nós precisarmos de mais informações a respeito do seu trabalho, nós vamos, sem dúvida alguma, ter o maior prazer de chamá-lo aqui para continuarmos discutindo esse tema, que é um tema tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, meu querido amigo.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Senador, sou eu quem agradece, e toda a nossa assessoria da área da Comissão de Adições da ABP, que é excelente, está disponível também para esta CPI. Todos querem contribuir e podem contribuir com informações importantes de vários estados brasileiros.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, doutor.

Ao mesmo tempo em que convido para vir até ao nosso dispositivo a Dra. Sônia Maria Barros, Diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, convocada, nos termos do Requerimento nº 94, de 2024, de autoria do Senador Izalci Lucas, eu também vou tentar agilizar um pouco a nossa agenda de hoje, porque temos aqui seis requerimentos extrapauta, que eu vou colocar para votação em bloco.

Colocando em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu solicito às Sras. e aos Srs. Senadores que aqueles que aprovam esses requerimentos extrapauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)*



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os requerimentos. (*Pausa.*)

Dra. Sônia, a senhora vai fazer uma apresentação inicial...

Agradeço a sua presença aqui. Transmita o nosso respeito, a nossa amizade ao nosso Ministro da Saúde. A senhora terá, inicialmente, 15 minutos para fazer sua exposição, e depois nós vamos passar para as perguntas das Sras. e dos Srs. Senadores.

Por favor, Dra. Sônia.

A SRA. SÔNIA BARROS (Para depor.) – Bom dia, ou melhor, boa tarde a todos e todas, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Agradeço ao Senador Hiran pelo convite e a oportunidade de vir até aqui.

Estou à disposição para o que se fizer necessário esclarecer.

Eu preparei uma exposição e só peço licença para corrigir... O meu nome é Sônia Barros. Simples assim, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tem o Maria. Não tem o Maria, né?

A SRA. SÔNIA BARROS – É um pouco mais simples, mais curto, enfim. Mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Que fique corrigido aí, e aceite as nossas desculpas por essa falha da nossa assessoria.

A SRA. SÔNIA BARROS – Imagine.

Bom, eu preparei alguns eslaides para facilitar a comunicação e creio que é importante dizer que o jogo é considerado uma prática cultural comum no Brasil desde o período colonial, mesmo após a proibição, em 1941. E apesar de, historicamente, não ser um fenômeno novo, o jogo *online*, no contexto atual da internet, agrega uma característica bastante peculiar que redimensiona a extensão desse problema dos jogos no país, sobretudo quando envolve apostas com aplicação de valor ou bem financeiro à espera de um possível evento futuro que pode ser de ganho.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Você tem um controle de... *(Pausa.)*

Pode passar.

Acho que, no Brasil, é visto que, em 2018, aconteceu a legalização das apostas de quota fixa na modalidade de aposta esportiva. Então, foi uma proliferação de jogos, de casas de jogos e das chamadas *bets*, o que só veio a ser regulamentado em dezembro de 2023. Houve uma primeira... Obrigada. Houve uma primeira liberação, vamos dizer. Foi uma lei, enfim. E só em dezembro de 2023 ocorre a regulamentação dessa possibilidade de aposta.

Então, desde essa ocasião, mais de 30 portarias foram publicadas para tratar essa questão da regulamentação, e também recentemente, então, nós tivemos uma portaria, de 31 de julho de 2024, que estabelece as diretrizes para o jogo responsável e regulamenta comunicação, publicidade e *marketing* relacionados às apostas de quota fixa. Então, a ideia, nos parece, é se promover uma exploração econômica socialmente responsável das apostas, prevenindo e mitigando os riscos associados, como a dependência do problema de saúde mental. Então, esse processo de aprovação, regulamentação e estabelecimento dessas diretrizes nos interessa na área da saúde porque vai trazendo os problemas decorrentes disso.

Pode passar.

Os impactos... Além dessa regulamentação, também foi criada, para o enfrentamento, uma portaria interministerial que institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático, com o objetivo de planejar ações de prevenção, redução de danos e assistência a pessoas e grupos sociais em situação de comportamento do jogo problemático. É importante dizer que, neste grupo interministerial, estamos o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Esporte e a Secom (Secretaria de Comunicação), que participa dessas atividades.

Em fevereiro, agora recentemente, foram designados os membros que compõem esse GTI, com prazos, enfim, de execução dessa portaria. A primeira reunião desse grupo interministerial ocorreu recentemente, em 10 de março, e teve como meta apresentar um plano de ação que irá contemplar diferentes frentes de trabalho de maneira integrada entre os participantes, para avançar nas respostas à questão dos jogos de apostas. Então...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

O Desmad (Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas), frente à responsabilidade em relação ao sofrimento mental que pode advir da questão do jogo de apostas, buscou evidências científicas para sustentar o seu trabalho e as ações que iríamos então elaborar, assim como também para sustentar o trabalho conjunto no GTI interministerial. Então, foi feita uma revisão de literatura e temos alguns resultados aqui. E, no final também dessa apresentação, vocês vão ver uma lista relativamente extensa da referência bibliográfica internacional e nacional que nós temos sobre o tema.

Então, obviamente, talvez já tenha sido falado aqui, a Organização Mundial da Saúde reconhece o jogo como atividade que pode ser prejudicial à saúde, com danos significativos à saúde mental.

Temos também que os impactos dos problemas com o jogo, nos aspectos financeiros, educacionais, culturais relacionados ao crime e à saúde mental já foram documentados em diversos países.

A prevalência global de danos causados pelo jogo ainda é limitada e necessita, sim, de mais pesquisas, tanto em nível global como em nível nacional.

A Organização Mundial da Saúde estima, ainda, que aproximadamente 1,2% da população adulta mundial tem o transtorno de jogo.

Há semelhança entre políticas e cuidados para pessoas que usam substâncias psicoativas com aquelas relacionadas ao jogo de aposta, com a mesma questão da adição, do transtorno da adição.

E, também, existe um consenso de que as políticas, para que sejam efetivas, devem ultrapassar o nível individual, a responsabilização única do sujeito para um nível de responsabilidade, uma abordagem coletiva do problema da sociedade.

Ainda – por favor –, ainda há alguns dados epidemiológicos do nosso levantamento. Estima-se, então, que 46,2% dos adultos e 17,9% dos adolescentes jogaram entre 2023 e 2024, existindo a maior prevalência de homens, quando comparados a mulheres. O fato de terem



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogado não significa que tenham algum agravo decorrente disso. Esses são aqueles que, de algum modo, acessaram e jogaram, né?

O transtorno do jogo, agora, sim, pode variar de 1,3% a 9,9% na população geral, a depender do país – né? –, sendo maior em países subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento.

Ainda, segundo dados, aqui no Brasil, do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, da secretaria nacional de drogas do Ministério da Justiça, em 2022, 25,9% das pessoas afirmaram que já apostaram ou jogaram uma vez na vida.

Ainda é importante a gente entender que as três modalidades de jogos mais utilizadas, nesse levantamento, descritas pelas pessoas são: loteria, 71,3%; *site* de apostas *online*, 32,1%; e jogo de bicho, 28,9%.

E 61,4% das pessoas que jogaram uma dessas modalidades não apresentaram comportamento de risco; 19,4% apresentaram baixo risco; 14,8%, risco moderado; e 4,4%, risco alto, e esse é o que nos preocupa.

Pode passar.

O perfil dessas pessoas trata-se, então, de homens, na maioria, adultos jovens, pessoas com dificuldades financeiras, com educação precária, desempregadas e sem rede de apoio. São quase universalmente considerados em risco elevado para o desenvolvimento de problemas com o jogo.

A proporção da renda que se gasta com apostas pelas famílias mais pobres é cerca de 32% superior à das famílias mais ricas.

Então, grupos vulneráveis, como os mais pobres, os mais jovens, idosos, grupos étnicos minoritários, incluindo a população indígena, pessoas em situação de rua e as pessoas com problemas prévios de saúde mental, e também aquelas que fazem uso de álcool e outras drogas, são mais propensas ao efeito negativo do jogo. Então, isso nos leva a pensar na questão dos determinantes sociais dessa relação entre jogo e sofrimento. Então, há uma relação direta entre sofrimento mental e o comportamento do jogo problemático. E as pesquisas que nós buscamos mostram que esse comportamento pode ter resultados negativos à saúde mental,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também ser uma consequência de um sofrimento preexistente – alguém que já estava em sofrimento, já tinha algum transtorno mental –, então serve como um mecanismo de enfrentamento a esses problemas de saúde e também aos problemas do cotidiano.

Alguns fatores associados à busca pelo jogo estão aí listados: entretenimento, busca por entretenimento, diversão; expectativa de ganho; a questão de interação social, uma forma de interagir; satisfazer necessidades emocionais não atendidas, como um escape emocional; necessidades financeiras, uma expectativa de que possa ter algum ganho e reduzir endividamentos, pobreza; insônia, então as pessoas por insônia buscam passar o tempo jogando; redução de estresse, ansiedade, depressão e solidão; luto; aposentadoria; dores e restrição física, pessoas que têm dificuldade de locomoção. E é comum também que o transtorno do jogo possa aparecer associado a outras comorbidades, então também ele pode estar relacionado a pessoas que têm problemas com o uso do álcool de outras drogas, pessoas que têm transtornos de ansiedade, transtornos afetivos de humor e os chamados transtornos obsessivos-compulsivos, né? E claro que o risco de suicídio nessas condições pode estar presente, principalmente mais associado à situação do endividamento: as pessoas que estão endividadas não sabem como reagir a isso e podem buscar esse caminho.

É necessário e é fundamental o combate ao estigma relacionado aos problemas do jogo, o que leva algumas pessoas a esconder essa sua condição e não acessar os cuidados da saúde. É preciso considerar os determinantes sociais da saúde para a construção de estratégias efetivas. É preciso que a gente entenda como um problema, como um transtorno, e não como algo que é do caráter do sujeito, o que nós, no dia a dia, na linguagem do senso comum, chamamos de vício. Então, mesmo a palavra vício já conduz a um estigma, a uma responsabilização pessoal, sem considerar as condições de existência desse sujeito e a falta de controle que pode advir daí.

Então, aqui no Brasil, nós temos, com essa preocupação, buscado acompanhar a questão de como vem sendo feito o atendimento, então, nos nossos serviços, Caps, ambulatórios de hospitais gerais, então. E a gente vem notando que, a partir de 2000, nós vamos vendo um aumento, que é basicamente depois e no período da pandemia. Lembrando isto: período da pandemia, as pessoas estavam isoladas em casa, então, nós vamos vendo um aumento



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

progressivo do jogo... desculpa, não do jogo, mas do atendimento, do número de atendimentos feitos na rede ambulatorial, inclusive nos serviços comunitários.

Então, é para ficar claro que é o número de atendimentos e não o número de pessoas atendidas.

(Soa a campanha.)

O SR. SÔNIA BARROS – É algum aviso? *(Pausa.)*

O.k.

E, com isso, é possível a gente fazer uma previsão de que vai, possivelmente, ter um aumento com essa escala que está aí mostrada nesse gráfico. Dada essa progressão, deve haver um aumento de cerca de 100% desses atendimentos, considerando, a partir de 2023 até 2028, um aumento expressivo desse número de atendimentos.

Pode passar.

Dados de 2024: nós temos ali alguns casos, inclusive de internação. Também é isso – né? –, aparece um aumento.

Pode passar.

Pode passar. É o mesmo dado, enfim..

Com esses dados que vão aparecendo em torno do aumento do número de atendimentos, inclusive casos de internação na rede de atenção psicossocial, nós fomos, então, enquanto Ministério da Saúde, buscar ver quais são as diretrizes para o cuidado dessas pessoas que têm problemas com o jogo, como é que está na Raps.

Então, o cuidado para pessoas com problemas com o jogo na Raps deve ser ofertado com base nos princípios e diretrizes do SUS e da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, considerando que isso deve ser feito de maneira integral, intersetorial – e isso é fundamental – e conduzido por equipe multiprofissional: os diversos profissionais na área da saúde que fazem esse cuidado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto a atenção primária à saúde, por meio das unidades básicas de saúde e as equipes eMulti, assim como os Centros de Atenção Psicossocial, em todas as suas modalidades – nós temos os Caps adulto I, II, III, assim como os Caps AD e os Caps Infância e Juventude –, podem acolher pessoas apresentando necessidades decorrentes do jogo e realizar os cuidados necessários. Então, a Raps (Rede de Atenção Psicossocial) oferta cuidado para toda e qualquer situação da saúde mental, o que inclui os problemas com o jogo.

As metodologias de cuidado na Rede de Atenção Psicossocial não estão organizadas por diagnóstico, ou seja, não existe um Caps para tratamento das psicoses, um Caps para tratamento das neuroses, enfim, nesses diagnósticos, não existe essa distribuição. Pensando no cuidado integral, os Caps devem ofertar cuidados a todas as pessoas que chegam com problemas de saúde mental, incluindo a adição ao álcool, a outras drogas e aos jogos também.

Então, não se faz necessária a construção de programas ou serviços específicos de tratamento para o jogo, mas, sim, defendemos isto e estamos fazendo isto: o fortalecimento e a expansão da rede existente, junto com a qualificação das equipes multiprofissionais para atendimento dessa demanda.

Então, com essa perspectiva, nós temos traçado e encaminhado ações...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Aquele sinal foi de que eu lhe concedi 15 minutos. Já encerrou, mas eu vou...

A SRA. SÔNIA BARROS – Estou terminando, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Estou lhe dando mais tempo.

A SRA. SÔNIA BARROS – Tá. Obrigada, Senador.

Acho que, na primeira perspectiva da expansão da rede... Então, nós estamos já... É bom, é interessante também entender que essa expansão da rede ficou paralisada durante um período de cinco, seis anos; não se habilitavam serviços novos. Então, essa expansão em 2023 nós começamos a fazer, liberando as solicitações dos municípios que solicitaram a habilitação de Caps e de outros serviços, assim como abrindo o sistema para que os municípios pudessem



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluir novas solicitações. Está demonstrado que até – esse é um dado ainda de início deste ano – janeiro, fevereiro de 2025 nós tínhamos ampliado o número de pontos de atenção na sua totalidade, especialmente os Caps; neste momento, nós estamos com 3.019 Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diversas modalidades.

Pode passar.

Temos também pensado e elaborado propostas de ação para o Ministério da Saúde executar. O Ministério da Saúde está desenvolvendo estratégias para fortalecer e qualificar a rede para uma abordagem qualificada e baseada em evidências.

Então, o primeiro ponto que nós temos ali é a qualificação dos profissionais da rede. Nós estamos em andamento e com um cronograma de cursos, cursos EaD, que já está em elaboração, e quatro webinários, que se devem iniciar já no próximo mês e que estão destinados a trabalhadores da rede.

É importante dizer que todo esse processo de qualificação e de criação, inclusive de normas, nós estamos fazendo em parceria com o Dr. Hermano Tavares, do Instituto de Psiquiatria da USP, o Dr. Aderbal Junior, do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da Unifesp, e também com trabalhadores da Raps. Citamos especialmente esses pesquisadores porque eles são quase que iniciantes desse processo de pesquisa e atendimento das pessoas que têm o transtorno do jogo, porque é algo que era pouco estudado na realidade brasileira, dado que não era um problema, uma evidência epidemiológica. Então, atualmente, esses grupos talvez sejam os maiores responsáveis pelas publicações, estudos e pelo próprio atendimento aqui no Brasil.

Além disso, estamos também pensando na prevenção e redução de danos por meio de campanhas, produção de materiais informativos para os profissionais da Raps e grupos específicos, e é importante também dizer que nessas iniciativas serão tomadas decisões em conjunto com o grupo interministerial, que também tem essa preocupação.

Além disso, estamos elaborando fluxo e protocolo de atendimento na rede da Raps e, ainda, elencando as pesquisas necessárias para que tenhamos maior clareza de que população no Brasil está de fato aderindo ao jogo, quais são aquelas que estão se tornando um problema



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do jogo. Também essas pesquisas estão sendo pensadas e elaboradas em conjunto com o grupo de trabalho interministerial.

Ações considerarão populações específicas, como crianças, adolescentes e populações vulnerabilizadas. Estamos pensando na formulação de uma cartilha, como foi feito o Guia sobre Usos de Dispositivos Digitais para crianças e adolescentes, que teve a participação intensa do Ministério da Saúde e serve, inclusive, como uma possibilidade, um exemplo de intervenção.

As ações que estão prescritas para serem realizadas pelo grupo de trabalho interministerial e que envolvem o Ministério da Saúde diretamente estão ali elencadas. Aquelas em negrito são as que nós temos uma responsabilidade mais direta na condução desses processos. No grupo de trabalho interministerial está sendo discutida a questão do autoteste; o protocolo de atendimento para saúde, que nos diz mais respeito; o acolhimento e tratamento das pessoas com transtorno de jogo (definição de fluxo, uma linha telefônica de cuidado, produção de materiais para a população geral, adolescentes e jovens, profissionais de saúde); qualificação dos profissionais de saúde e demais colaboradores de atendimento, que já está iniciada; e pensar também, dentro do GTI, campanhas nacionais para redes sociais, televisão, rádio e Meu SUS Digital, que nós também já estamos em conversa, em atendimento.

E aqui todas essas nossas preocupações, informações, dados de perfil e dados epidemiológicos, assim como as propostas de ações estão referenciadas a evidências científicas – algumas delas estão postadas ali. E nós nos colocamos à disposição de todas e todos, se assim o quiserem.

Muito obrigada, Senador, pela tolerância de tempo, e estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dra. Sônia.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Izalci, que foi o autor do requerimento da sua convocação.

Senador Izalci, por favor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, as minhas indagações – e tenho aqui diversas; dezoito... dezoito não, vinte e duas – estão mais ou menos em cima daquilo que foi apresentado aqui, né?

Quais são realmente as ações que o Ministério da Saúde pretende fazer ou está fazendo?

A gente viu aqui o Dr. Antônio falando um pouco sobre a questão dos profissionais, e a gente percebe que não há uma integração, pelo menos com a associação brasileira dos profissionais da psiquiatria, né?

Mas eu vou deixar... vou entregar esse rol de indagações para a Dra. Sônia, viu, Dra. Sônia? Aquilo que não estiver contemplado nessa apresentação, que V. Sa. pudesse encaminhar para a gente.

A preocupação que a gente tem é que, na prática, no gerúndio e no papel, maravilhoso, tudo aceita. Mas eu sei, não tenho dúvida nenhuma de que nós não teremos condições – o Governo em si, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde – de dar um suporte nessa área, porque o básico já não é atendido, né? Para você consultar uma... para você conseguir uma consulta já é uma dificuldade danada, uma consulta normal. Uma cirurgia nem se fala, é um sonho hoje no Brasil conseguir uma cirurgia, né?

E eu vejo que, com relação à ludopatia, nós ainda estamos muito longe de realmente atender principalmente quem mais precisa, porque quem tem dinheiro consegue ainda o plano de saúde, o atendimento em clínicas privadas, e o Dr. Antônio disse muito bem que existem, sim, no setor privado, algumas instituições, alguns profissionais que atendem muito bem –, mas no SUS... Eu acho muito difícil o SUS oferecer a tempo e a hora... esse transtorno que está acontecendo agora e que a gente viu aqui nos relatos aqui do André. E a gente tem também conversado muito nas cidades com jovens, basta ver aí a questão do Bolsa Família, quantos milhões de beneficiados estão apostando, né?

Então o que eu ia perguntar aqui, Presidente, era exatamente quais são as ações desenvolvidas pelo ministério que serão feitas. E ela fez a apresentação, então a resposta às minhas perguntas foi exatamente a apresentação que ela fez. O que a gente precisa agora é saber, sobre essa proposta apresentada pelo ministério, quando é que vai estar no mundo real.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós temos o mundo virtual, temos o planejamento, temos tudo isso, mas na prática eu quero ver como é que esse viciado aqui, esse ludopata terá realmente acesso a um exame, a um tratamento pelo SUS. Então acho que a gente está longe. Tem que ver como é que nós vamos fazer para exigir que essas instituições paguem o preço disso, porque de fato o prejuízo é imenso; qualquer valor que a gente arrecade de impostos aqui é irrelevante, em função do estrago que estão fazendo na saúde mental da população brasileira.

Essa questão das propagandas, a gente vai ter de fato que limitar isso, porque tudo o que você vai fazer... Você abre o celular aqui, ou qualquer coisa, está lá a propaganda das *bets*, *bets* para todo lado. Até nas redes sociais, em qualquer informação que você tem hoje, que você acessar aqui, tem lá as *bets* nisso aí.

Então, Presidente, como está já com o tempo esgotado e eu também tenho uma reunião aqui com a bancada, eu vou passar para a Dra. Sônia essas perguntas que eu tinha aqui – que tenho aqui –, mas a maioria delas está contemplada na apresentação que ela fez. O que a gente precisa saber é o seguinte: essa apresentação vai... Quando é que vai estar disponível para a população brasileira ter realmente acesso a essa proposta, entendeu?

Porque o próprio Dr. Antônio disse muito bem: a Associação de Psiquiatria tem uma relação muito boa com o Legislativo, mas tem dificuldade no Executivo. Mas eu vi ali, na apresentação, também que o especialista da USP que ele citou está também na sua apresentação como uma das pessoas que serão trabalhadas nesse projeto. Então, era isso que eu queria perguntar, mas V. Sa. apresentou essa proposta, né? V. Sa. acha que isso aí vai estar disponível quando? Quando é que essas pessoas que querem abandonar o jogo vão ter acesso a esse tipo de trabalho? Vai ser nos estados? Vai ter convênio com os estados? Como é esse trabalho de atendimento que o Ministério da Saúde está propondo?

A SRA. SÔNIA BARROS (Para depor.) – Agradeço as questões. Me permite, Senador Hiran, muito rapidamente tentar responder.

Agradeço o envio das questões, Senador. Se precisar que eu faça alguma resposta, poderei fazê-lo, sim, mas quero reiterar que todas as ações já têm inclusive cronograma, tá? Então, quando eu falei da necessária capacitação, porque não adianta você só ter as estruturas... Os Caps estão em expansão – eles estão. É um processo. Já tem um aumento significativo no



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

número de serviços; já nos dois últimos anos, 2023 e 2024, nós estamos aumentando essa rede, o número de serviços que pode atender também essa população, mas entendemos que o serviço, por si só, só existe na necessária qualificação que os trabalhadores tenham para dar uma atenção com qualidade, de cuidado para essas pessoas. E, por isso, então, a questão da educação permanente já está em desenvolvimento. Então, os webinários que eu citei já têm um cronograma – se não me engano, a partir de maio se inicia; são três que já estão na programação –, e acho, creio que, em agosto, setembro, nós já devemos estar com um curso específico para essa população de trabalhadores.

E mais: nós estamos iniciando – eu esqueci de comentar isso –, agora em maio, um curso que se chama Nós na Rede, junto com a Fiocruz, e que vai atingir cerca de 45 mil trabalhadores no país. Então, é um curso bastante importante, com a metodologia toda específica, que vai contar com a colaboração de universidades, de escolas de saúde pública, e neste curso nós temos um módulo específico para jogos.

Então, não é somente, assim, uma proposta; nós estamos implementando aquilo que foi colocado aí e numa expectativa de que mais poderemos planejar e fazer.

E a Rede de Atenção Psicossocial nós entendemos que é um número razoável, mas claro que, para o tamanho deste país, da população, nós precisamos de mais serviços e precisamos das parcerias, inclusive, de estados e municípios no sentido de fazer a solicitação, criar demanda para o serviço. Agora, com o Novo PAC, nós conseguimos incluir no Novo PAC a construção de 200 novos Caps, e isso vai ampliar a oferta de cuidados, e no PAC que está sendo aberto agora também teremos a proposta de construção de mais cem Caps.

Então, tudo isso significa que nós estamos ampliando a oferta, que nós estamos fazendo com que este serviço, que é multiprofissional, que é cuidado em liberdade, que é na comunidade, que respeita o sujeito e sua dignidade, esteja valendo e que facilite o acesso para essas pessoas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Desse grupo de trabalho interministerial de que o Ministério da Saúde participa.

A SRA. SÔNIA BARROS (*Fora do microfone.*) – Sim.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com relação, por exemplo, à propaganda, o ministério sugeriu alguma coisa relacionada, ou a limitação disso, também aos jogos das pessoas que têm benefício social, no sentido de ter um controle e não admitir isso? Nessas reuniões se falou sobre isso? Já tem campanha publicitária pronta, para se lançar, de conscientização com relação a isso ou não?

A SRA. SÔNIA BARROS – Não temos. É uma pauta que já foi colocada e uma pauta que será discutida numa perspectiva de que tenha uma posição do grupo interministerial e que o Congresso também possa fazer o encaminhamento relativo a isso. No Ministério da Saúde, enquanto Departamento de Saúde Mental, nós vamos cumprir aquilo que o Congresso definir, e que o Governo, por meio desse grupo interministerial, possa também definir em relação às propagandas e outras questões tão importantes quanto...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Sônia – desculpe-me interromper as suas perguntas, Senador Izalci –, nós temos essa preocupação, que foi manifestada aqui por todos nós e pelo autor do seu requerimento, que é o Senador Izalci, que é muito ativo nesta Comissão, mas o que nos causa apreensão é que nós vemos que a velocidade da adicção é uma velocidade digital, e eu acho que as políticas estão sendo implementadas em velocidade analógica.

Vocês vão ver que vai haver uma expectativa de um aumento exponencial de necessidade de atenção, mas, ao lado disso também, nós precisamos focar na prevenção, como foi falado aqui pelo meu colega. E eu acredito que uma campanha publicitária nos moldes do que foi feito pela campanha de tabaco, que é um exemplo para o mundo, já seria de grande valia, porque a gente precisa meter na cabeça do jovem que ninguém, como aqui foi falado, ninguém ganha com *bets*. Eu acho que se a gente conseguir conscientizá-los disso, meter na cabeça dos jovens isso, a gente já terá feito um grande trabalho para o nosso país.

Desculpe a interrupção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para, por exemplo, encerrar a minha fala também, eu digo assim: o que a gente percebe claramente – está muito claro isso aqui – é que, na área pública, você só pode fazer o que é permitido. E muitas vezes, como não há integração, por mais que tenha um grupo interministerial, o que acontece? Eu



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebo claramente que, por exemplo, o Banco Central poderia ter todo esse controle de remessa de recursos, como o Coaf sempre faz – o Coaf faz um trabalho maravilhoso em termos de fiscalização –, e a gente percebe que, com relação às *bets*, isso não está sendo feito. Eu acho que tanto o Banco Central, quanto o Coaf, quanto os ministérios estão deixando tudo por conta da SPO, lá do Ministério da Fazenda. E como o Ministério da Fazenda não entra nessas questões de saúde, não entra na questão do acompanhamento do dinheiro no Banco Central, fica esse desencontro aí e a gente acaba não tendo resultado. Então, eu acho que o que falta é isso.

Essa questão das *bets* tem que ser tratada no grupo interministerial, com o apoio, inclusive, das entidades, mas de uma forma global, porque senão cada um faz um pedaço, um deixa para o outro, e a coisa não acontece, entendeu? É o que eu estou percebendo.

Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para fazer um pedido a V. Exa. Eu estou na condição de Presidente da Comissão de Infraestrutura e as nossas reuniões acabam acontecendo nas mesmas datas, terças-feiras, mas eu não deixo de acompanhar os trabalhos aqui da CPI e quero poder, nas próximas reuniões, me organizar para estar aqui também. E o pedido que gostaria de fazer a V. Exa. neste momento é que, se possível, na próxima reunião desta CPI, pudesse colocar na pauta os requerimentos de minha autoria, para a gente poder instruir as matérias que estão aqui, que são requerimentos importantes, que pedem algumas providências importantes para a gente ter a clareza dos fatos, dos acontecimentos, daquilo que aconteceu e daquilo que, para a frente, ainda pode acontecer. Por isso o pedido é apenas no sentido de solicitar a V. Exa. a inclusão na pauta dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador. Apenas, nós tínhamos acordado aqui, nesse acordo de procedimentos, que aprovaríamos requerimentos com os autores dos requerimentos presentes na reunião. Então...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Concordo...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, na próxima semana, nós teremos aqui o nosso Presidente do Banco Central e vamos ter a oportunidade de colocar em discussão e, eventualmente, aprovar todos os seus requerimentos.

Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero aqui, já dado o adiantado da hora, nós estamos com várias agendas de outras Comissões, de audiências...

Dra. Sônia, eu quero aqui agradecer a sua presença. A sua exposição foi uma exposição muito esclarecedora para nós, porque nós ficamos aqui e nós temos... Nós temos essa sensação e esse conhecimento. Especialmente nós que somos da área da saúde sabemos que esse é um problema novo, mas que a gente precisa sensibilizar cada vez mais o gestor maior da nossa saúde, que é o Ministério da Saúde... Claro, a gente sabe que o SUS é transversal, mas, sob a égide do ministério, que é esse ministério importante para o nosso país, que a gente possa realmente implementar políticas eficazes e rápidas, porque o que está acontecendo desse adoecimento do nosso jovem no Brasil é algo que assusta todos aqui. Eu acho que isso é uma opinião não só dos Senadores como dos que nos assistem, enfim, dos nossos assessores... Nós estamos vendo que realmente essa questão dessa proliferação desenfreada de jogos, que... Eu costumo dizer que nós não aprovamos os cassinos físicos, mas aprovamos cassinos dentro da casa das pessoas de uma maneira incontrolável. Isso vai ter repercussões a médio e longo prazo muito nefastas na nossa população brasileira, principalmente dos mais pobres, que precisam do Sistema Único de Saúde, porque, como o nosso colega Antônio Geraldo colocou aqui, as classes A e B, que são as que menos jogam, têm mais acesso à saúde suplementar, à saúde particular, mas os que mais jogam, que são os mais jovens, são os que mais precisam do nosso Sistema Único de Saúde. E está lançado aqui esse desafio para que nós possamos fazer políticas que efetivamente mais do que tratem, que façam prevenção desse dano significativo que nós estamos sentindo que está acontecendo na nossa população brasileira, principalmente nas pessoas que têm a inserção no CadÚnico, que têm necessidades de apoio do Governo, de



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

auxílio do Governo, e elas terminam utilizando esse auxílio para essas atividades, que terminam fazendo sofrer não só essas pessoas que estão no CadÚnico, mas, sim, as suas famílias, fazendo com que a sua sobrevivência se torne cada vez mais difícil. Isso é um grande desafio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só para pedir à Dra. Sônia: se puder, depois, responder essas indagações e mandar para a gente aqui por escrito... Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dra. Sônia, então, muito obrigado pela sua presença.

Muito obrigado pela presença de todos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – E os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós votamos já os requerimentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Ah, já votou?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já.

A SRA. SÔNIA BARROS (*Fora do microfone.*) – Posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode. Sem dúvida. Por favor.

Passando para a Dra. Sônia para as suas considerações finais.

A SRA. SÔNIA BARROS (Para depor.) – Muito rapidamente, agradecer o chamado, Senador Hiran, e agradecer a presença aqui, essa possibilidade de expor, de contar o que nós estamos fazendo, garantir que essa questão é uma preocupação para o Departamento de Saúde Mental, e, portanto, para a Secretaria de Atenção Especializada e o Ministério da Saúde, e que



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos tomando, executando – não só pensando, mas executando – as ações necessárias para minorar, reduzir riscos e sofrimento mental.

Como o senhor mesmo diz, é um problema, e, como todos os problemas de saúde de modo geral, a gente não tem resolução imediata, mas é processual, e a gente inicia de alguma forma. Nós estamos fazendo isso por meio da expansão da rede – isso está sendo executado – e por meio da qualificação das equipes para que possam melhor atender a essa população e a todas as outras também.

Agradeço mais uma vez e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dra. Sônia. Eu lhe passo também as questões que foram formuladas pela nossa Relatora, a nossa Senadora Soraya Thronicke, que teve que se ausentar em virtude de compromissos em agenda. Quero aqui também agradecer a sua presença mais uma vez.

E, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião, que será realizada na próxima quinta-feira, às 11h, nessa sala de Comissões.

Um grande abraço a todos.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6422892636>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e doze minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Carlos Viana, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Weverton, Jorge Seif, Damares Alves, Fabiano Contarato, Marcio Bittar, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Humberto Costa e Efraim Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao requerimento 396/2025. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/04/08>



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos digitais virtuais de apostas *online* no orçamento de famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na produção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário oficial do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à oitiva do Dr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, convidado nos termos do Requerimento nº 396, de 2025, de minha autoria.

Convido para compor a mesa o Dr. Gabriel Galípolo, que vem acompanhado da Dra. Juliana Sandri, Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco, e do Dr. Rogério Lucca, Secretário-Executivo. *(Pausa.)*

Dr. Galípolo, Dra. Juliana e Dr. Rogério, sejam muito bem-vindos à nossa CPI.

E passo, em seguida, a palavra para o Presidente do Banco Central, pelo prazo de 20 minutos ou, se precisar eventualmente de mais tempo, esse tempo lhe estará concedido. Seja muito bem-vindo e lhe passo a palavra. Um grande abraço e boa sorte nas nossas intervenções.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Dr. Hiran, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets, Exma.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Senadora Soraya Thronicke, Relatora dessa CPI, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, todos que estão aqui presentes.

Estou acompanhado aqui da Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta, Juliana Mozachi, e do Secretário-Executivo, Rogério Lucca, aqui ao meu lado.

É com grande honra que comparecemos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar os esclarecimentos pertinentes aos assuntos em pauta.

Gostaria de iniciar minha participação citando os objetivos do Banco Central, que são o de assegurar a estabilidade de preços, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Eu sei que os Senadores e as Senadoras sabem bem, mas desde já é importante eu abrir destacando que o Banco Central do Brasil não dispõe de competência legal para fiscalizar ou aplicar sanções em decorrência de transações destinadas a apostas de cota fixa realizadas com pessoas jurídicas não autorizadas a exercer essa atividade. Não há competência atribuída ao Banco Central na Lei nº 14.790, de 2023. Sem regulamentação específica para o Banco Central, não há competência para atuação da supervisão e sanção de nossa parte. Nossa atuação não abrange, portanto, o controle ou a regulação de operações específicas relacionadas a apostas de cota fixa previstas na citada lei e sua posterior regulação.

Importante realçar que as chamadas *bets* não prestam serviço financeiro ou de pagamento. Nesse sentido, o alcance do Banco Central reside nos procedimentos e controles das instituições autorizadas por nós a funcionar, no que está estritamente limitado às atribuições definidas pela legislação vigente, como é o caso dos procedimentos dessas instituições no que se refere à prevenção à lavagem de dinheiro e ao combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. Dentro dessa temática, cabe ao BC avaliar procedimentos e controles das instituições financeiras e das instituições de pagamento com relação aos procedimentos de conheça seu cliente, *know your customer*, em inglês, como é conhecido, conheça seu parceiro de negócio, *know your partner*, entre outros, de forma geral. Já estão no escopo do trabalho de supervisão dentro do chamado Plano de Ação de Supervisão (PAS), conforme estabelecido todo o ano, de forma contínua procedimentos esses que devem



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerar diversos tipos de indícios de transação suspeita e não apenas aquelas envolvendo *bets* não autorizadas.

Esse é apenas um item entre outros vários que analisamos em nossos trabalhos de supervisão cujo foco é nas instituições autorizadas e não nas transações de seus clientes. Quando no exercício das nossas atribuições são encontrados indícios de irregularidades, cuja competência seja de outro órgão, como o Ministério da Fazenda, no caso das transações com *bets* ilegais, essas irregularidades devem ser comunicadas a outro órgão de forma legítima e protegida, com base no art. 9º, §2º da Lei Complementar 105, de 2001.

A missão do Banco Central é estabilidade monetária e estabilidade financeira. No âmbito dessa competência, o Banco Central acompanha dados de pagamento buscando ter uma sensibilidade mais tempestiva de indicadores macroeconômicos, como a atividade econômica. Esse acompanhamento foi importante e significativo em eventos extremos, como a covid e as enchentes no Rio Grande do Sul, para citar alguns exemplos. Ano passado, em estudos preparatórios para uma reunião do Copom, nos chamou atenção que parte da renda das famílias não estava indo nem para consumo nem para poupança. Alguns participantes de mercado já haviam nos alertado que fluxos financeiros para *sites* de apostas estavam se tornando significativos, com potencial impacto na atividade econômica, inclusive algumas instituições financeiras começaram a relatar significância estatística do fato de a pessoa apostar no risco de crédito. Algumas instituições produziram relatórios específicos sobre o tema. As estimativas sobre o tamanho do mercado eram muito variadas.

É importante para o BC avaliar potenciais impactos na estabilidade financeira e na transmissão da política monetária. O papel do Banco Central nesse contexto foi de colaborar nesse debate com base no seu interesse de avaliar o impacto desse mercado na atividade econômica. Técnicos do Banco Central buscaram estimar o tamanho desse mercado, o que gerou a nota técnica "Análise técnica sobre o mercado de apostas *online* no Brasil e o perfil dos apostadores". É importante dizer que, quando o estudo foi realizado, tendo como base o mês de agosto de 2024, a regulação do setor ainda não estava completamente aplicável. As empresas, muitas vezes, não estavam constituídas no país e recebiam recursos por meio de intermediários não sujeitos à regulação do Banco Central. Dessa forma, não era trivial o cálculo do movimento financeiro para o setor. Identificamos, então, um padrão nas transações desses



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipos de pagamentos, e, a partir daí, foram consideradas essas transações com esses padrões em facilitadores de pagamentos.

Com base nesses estudos, estimou-se um montante de transferência para *sites* de apostas em 20 bilhões ao mês, realizados por cerca de 24 milhões de pessoas, sendo a maioria entre 20 e 40 anos. Estimou-se ainda que a transferência realizada por essas empresas para pessoas físicas em aproximadamente 85% do que é recebido... Infere-se tal estimativa como uma aproximação para o pagamento de premiações, ou seja, 85% do que é apostado seriam pagos como prêmio, enquanto o restante seria retido pelas empresas.

Além disso, buscou-se compreender o tipo de apostador que participa mais neste mercado, a fim de verificar se segmentos mais vulneráveis da sociedade estão expostos aos riscos de mercado. Tais resultados foram importantes para o desenvolvimento de ações de cidadania financeira, como ações educacionais de comunicação que informam que aposta não é investimento. Levantamento posterior realizado pelo Banco Central concluiu que as pessoas que realizam apostas apresentam risco de crédito significativamente maior do que as pessoas que não realizam apostas, o que permanece significativo, controlado por diversos fatores, como faixa de renda e risco de operação e crédito subjacente.

Vale ressaltar que, no âmbito das suas competências, o Banco Central tem colaborado com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda na regulamentação do setor, esclarecendo aspectos do funcionamento do sistema financeiro e dos arranjos de pagamento que podem auxiliar no monitoramento dos mercados de *bets*. Além disso, estamos colaborando com órgãos de controle em suas auditorias relacionadas ao tema.

Para finalizar, gostaria de ressaltar o dever legal do Banco Central de manter o sigilo bancário e a proteção de dados pessoais. O Banco Central guardará o zelo pelos dados obtidos pela supervisão ou gerados na operação de suas infraestruturas.

Particularmente, ressalto o dever de preservar o Pix como infraestrutura digital pública e a privacidade das informações financeiras processadas em seu âmbito, de forma a garantir a impossibilidade de identificação dos usuários, observadas as exceções legais. O Pix é infraestrutura digital pública essencial para o funcionamento da economia nacional, tendo fomentado a inclusão financeira, o desenvolvimento de novos modelos de negócios e a



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência no sistema financeiro nacional. A manutenção da confiança da população no Pix, principalmente na proteção dos seus dados, é essencial para o bom funcionamento da economia. As operações processadas no ecossistema de pagamento instantâneo Pix constituem transações financeiras protegidas pelo direito fundamental à intimidade e à vida privada, estando, por isso, cobertas pelo sigilo bancário nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. Além disso, o teor do art. 4º da Medida Provisória nº 1.288, de 2025, salienta que é dever do Banco Central do Brasil implementar medidas que garantam a preservação desse sigilo, bem como a proteção dos dados pessoais dos usuários do Pix, garantindo a impossibilidade da sua identificação.

Por essas razões, estou legalmente impedido de apresentar dados ou elementos que digam respeito às operações processadas no âmbito do Pix, incluindo os valores e as partes pagadoras e receptoras envolvidas nos pagamentos.

Agradeço a compreensão e permaneço à disposição para esclarecer quaisquer outros pontos que não envolvam a limitação legal mencionada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Galípolo.

Passo em seguida a palavra à nossa Relatora, para as suas perguntas.

Eu queria fazer uma proposição de encaminhamento aqui de que os Senadores e Senadoras que forem fazer as suas perguntas ao Presidente Galípolo o façam de três em três, para que nós possamos ser mais dinâmicos na evolução dos nossos trabalhos.

Então, passa a palavra aí à nossa... Está todo mundo de acordo que façamos... (*Pausa.*)

A senhora pode fazer todas as suas perguntas, mas sempre em bloco de três. Depois, passamos para os próximos inscritos.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, caros colegas Izalci, Jaques Wagner, aos demais



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que nos acompanham. Bom dia, imprensa. Bom dia aos servidores. Bom dia, Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, Rogério Lucca e Juliana Sandri. Muito obrigada pela presença.

Eu gostaria de aproveitar o momento aqui com o Presidente Galípolo para fazer justiça a um projeto do Ministro Lupi junto ao INSS. É preciso parabenizar tanto o Ministro quanto o Presidente do INSS, o Alessandro Stefanutto, pela iniciativa do Meu INSS Vale+, que, além de oferecer dignidade financeira aos aposentados, assegura controle absoluto do uso da antecipação por meio de cartão, impedindo gastos com jogos *online* e garantindo que o dinheiro seja destinado às reais necessidades das famílias brasileiras. Esse programa Meu INSS Vale+ não é apenas uma iniciativa financeira, é uma questão de justiça social.

E eu gostaria de saber, Presidente Galípolo... Se o senhor não conhece, eu sugiro que dê uma atenção especial a essa metodologia adotada pelo INSS, porque... E, de repente, se este programa pode ser estendido a outros órgãos, aos outros órgãos públicos... Seria interessante.

Bom, para iniciar, eu sei que o senhor colocou aqui diversas limitações legais, e entendo que, sim, devem ser respeitadas, mas a Febraban esteve conosco, esteve comigo no gabinete, mas ainda não foi ouvida a Febraban. Importante ser ouvida, porque os estudos da Febraban são muito importantes nesse assunto aqui. Mas a cooperação entre Febraban e Bacen implica renovação de acordos de cooperações técnicas para fortalecer, inclusive, a educação financeira no Brasil, algo que eu vou perguntar posteriormente sobre... O acordo também permite o intercâmbio de conhecimento, tecnologias, metodologias e informações técnicas. O objetivo é ampliar o alcance da educação financeira no território nacional, e por aí vai. Porém, então, a Febraban, que não tem impedimentos legais como V. Sa. tem, pode muito também nos ajudar.

E eu vou... Considerando que eu tenho 25 perguntas e o Izalci tem 68 – não é, Izalci? –, o Presidente pediu para eu ser rápida, mas eu vou acumular aqui as perguntas pelos temas. Vou falar de inadimplência, pobreza e o impacto socioeconômico. O que o senhor não puder, o senhor se reserva ao direito de ficar calado.

Mas vamos lá.

Bom, o Banco Central dispõe de estudos ou indicadores que demonstrem a correlação entre o aumento do acesso às plataformas de apostas virtuais e o agravamento da situação



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira das famílias de baixa renda, especialmente daquelas inscritas no CadÚnico? Eu digo isso porque o Senador Omar Aziz oficiou o Banco Central, e vieram informações de suma importância para nós, dentro dos limites legais, mas que foram muito importantes naquele momento.

Bom, na avaliação de V. Sa., o fenômeno da proliferação de apostas eletrônicas configura-se como fator de empobrecimento progressivo da população brasileira? Há iniciativas em curso, no âmbito do Banco Central, voltadas à mitigação desse impacto socioeconômico? Existem ações coordenadas pelo Banco Central com outros órgãos públicos para o monitoramento de efeitos das apostas sobre a inadimplência do sistema financeiro nacional? Há previsão de ampliação da base de dados estatísticos nesse sentido? Qual é o diagnóstico do Banco Central sobre o impacto das apostas virtuais no consumo das famílias, na demanda por crédito e na elevação do endividamento domiciliar? E, por último, nesse exato foco agora, a instituição possui projeções sobre os impactos de regulamentação do setor de apostas no comportamento macroeconômico da população, notadamente nos indicadores de inadimplência e incapacidade de consumo?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Galípolo, por favor.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Agradeço à Senadora, que elencou diversas questões aqui, praticamente todas elas dentro do que é o objetivo dos estudos que o próprio Banco Central tende a fazer. O Banco Central, dentro do seu mandato de estabilidade financeira e estabilidade monetária, o que ele pretende sempre estudar é entender como é que está se comportando a demanda e para onde a renda está fluindo, para que a gente possa entender quais são os impactos, tanto do ponto de vista da demanda e de como isso pode pressionar preços, mas também para a questão da estabilidade e como é que está evoluindo o endividamento das famílias.

E, sim, os estudos já revelam, aquilo que eu comentei na minha fala original, de que os apostadores costumam ter uma avaliação de crédito pior já, e isso passou a entrar naquilo que a gente chama de *score* de crédito ou de análise de risco de crédito, que os bancos costumam fazer ao conceder crédito. Então, hoje em dia, a gente já tem essa informação de que os bancos, sim, consideram esse tipo de hábito, esse tipo de prática por parte do cidadão, se ele aposta ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não, para poder analisá-lo ou classificá-lo como um risco mais elevado. Então, desse efeito, sim, a gente já tem um monitoramento.

A questão da base de dados, ela não... E depois até posso passar para o Rogério, o Rogério pode comentar um pouco alguns estudos mais recentes que a gente vem fazendo sobre isso. A gente costuma renovar esses estudos justamente para subsidiar as nossas decisões do ponto de vista tanto de estabilidade financeira quanto de estabilidade monetária.

Do ponto de vista de base de dados, como a Senadora sabe bem e acompanhou, a gente teve um processo de que os dados foram emergindo gradativamente, porque a gente tem, em 2018, se eu não me engano, a autorização, e a regulamentação começa só em 2023, ela vai sendo implementada ao longo de 2024 e dali que começa esse processo de a gente tentar desvendar, ainda sem ter a regulamentação totalmente funcionando, o que representavam efetivamente esses dados e quanto de recursos estavam indo destinados para *bets*.

E, aí, acho que a gente, naquele momento, começa a assistir a uma série de estudos que vão vindo de instituições financeiras, que tinham dados estimados com um *range*, com um espectro bastante amplo de divergência, porque estava todo mundo tentando reunir por onde era possível ter esse tipo de informação, até a gente chegar a esses nossos últimos estudos. Agora, o mais recente a gente está conseguindo fazer inclusive por Cnae, para tentar agrupar esses dados ali.

E agora a gente está tentando, cada vez mais, reunir dados, para que a gente possa entender como é que esse comportamento está migrando e se isso está reduzindo ou não, mas é importante também dizer que os dados que a gente tem colocado das apostas são dados que envolvem tudo que foi gasto na empresa, mas tem um valor que volta, aquilo que a gente chama de prêmio, ali, que a gente estimula, no nosso estudo, em 85%, e o que a SPA (Secretaria de Prêmios e Apostas) tem dito é que o valor, na verdade, hoje, que eles estão observando seria maior – o valor que retorna –; estaria em torno de mais de 93%, 94%. Então, aquele é o valor que foi destinado a apostas, mas tem um retorno ali entendido como um prêmio. Então, esse saldo é importante, para a gente entender realmente o que é da renda que foi destinada ao fim enquanto uma redução de renda ali para a população.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar depois também para a Juliana falar um pouco dessa campanha do Banco Central – e está dentro do nosso escopo – da parte de educação financeira.

Eu acho que existe um lado de uma educação que está relacionada à educação relativa a apostas, que está dentro do escopo da SPA, mas existe um estudo que saiu, acho que foi ano passado, não lembro se foi no primeiro ou no segundo semestre, da Anbima, se eu não me engano, no qual muitas pessoas respondiam que as apostas apareciam como sendo a segunda maior alternativa de investimento por parte do cidadão, ou seja, que o cidadão enxergava a aposta como um investimento.

Então, esse processo de educação é um processo que a gente, sim, vem tentando fazer, por intermédio também dos nossos regulados, para a gente fazer *posts*, inclusive, para poder explicar às pessoas, mas esse é um processo contínuo, no qual o Banco Central tem investido bastante.

Do ponto de vista da demanda por crédito, como eu comentei, e da inadimplência, hoje, a maior parte dos bancos com a qual a gente conversa, ao analisar que o risco é maior de inadimplência no caso de quem aposta, já tem considerado ali um risco maior, e, no final do dia, acaba saindo um custo mais elevado para essas pessoas que tomam empréstimo já de antemão na análise.

Eu poderia passar para o Rogério falar um pouquinho desse estudo mais recente que a gente fez do ponto de impacto e, se a Juliana puder falar depois, um pouco, da parte da educação financeira, eu agradeço.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA (Para expor.) – Bom, bom dia a todos. Bom dia, Senadora, Senador...

Acho que o Presidente Gabriel tocou basicamente em todos os pontos.

Quando a gente fez o estudo no final do ano passado, em agosto do ano passado, o setor ainda não estava totalmente regulamentado. Então, você não tinha, por exemplo, obrigatoriedade de que as *bets* fossem instaladas no Brasil ou mesmo que tivessem uma conta bancária para poder receber aposta, o que passou a vigor a partir do início deste ano. Então, no ano passado, quando...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só um parêntese aí...

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Desculpe-me. Para que a gente entenda: e é aí que os bancos identificam a relação comercial. Então, eles sabem que aquele apostador mandou dinheiro para as *bets*.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Exato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É assim que se identifica.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Exato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É isso.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Principalmente a partir de agora, a partir da regulação vigente, a *bet*, a empresa, tem que ter uma conta específica, que serve para esse propósito, e o banco consegue identificá-la.

No ano passado, isso não estava em vigor ainda. Então, como o Presidente Gabriel falou, a gente precisou fazer uma estimativa. A gente chegou a conversar com alguns agentes do mercado, algumas instituições financeiras do mercado, no ano passado. Como o Presidente Gabriel falou, a estimativa que eles tinham variava muito, de algo em torno de 50 a 200 bilhões por ano de fluxo que estava indo para apostas. E a gente estimou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pode repetir, por favor.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – A estimativa que os bancos falavam na época era algo em torno de 50 a 200 bilhões por ano, que iam...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em apostas, dos brasileiros.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Em apostas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vale a ressalva que o Presidente também falou de que esse é o valor que é transferido. Fazendo uma analogia, seria... Se a gente estivesse pensando, por exemplo, no caso de um cassino, é o montante com que a pessoa entrou no cassino. Então, ela entrou no cassino com esse montante, e ela pode ter não apostado ou ela pode ter apostado várias vezes ali. E, como o Presidente falou, ela sai geralmente desse cassino com algo em torno de 85% desse valor com que ela entra, pela estimativa que a gente fez à época. O que a gente tem conversado com o Ministério da Fazenda, com a SPA mais recentemente, é que esse valor poderia até estar subestimado, poderia até ser um pouco maior.

Então, a gente fez essa estimativa à época porque tinha uma divergência muito grande nos valores que a gente ouvia dos participantes do mercado, muito com essa motivação que o Gabriel comentou em relação a como isso impactava a atividade econômica e a estabilidade financeira.

A gente chegou à época, então, com um valor médio mensal de R\$20 bilhões de fluxo que ia para esses *sites*...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – R\$20 bi?

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – R\$20 bi, por mês.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Por mês?

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Por mês. Foi a estimativa a que a gente chegou à época.

Mais recentemente, principalmente a partir de janeiro ou a partir do momento em que o setor passou a ser regulado, essas instituições, então, passaram a ter que ter uma conta específica no banco para fazer esse tipo de atividade e têm que se identificar com o Cnae, que é a classificação do IBGE para aquela atividade econômica. Existe uma classificação para atividade econômica de apostas, e, com base nessa identificação, agora com dados mais concretos, a gente ratificou esse valor de R\$20 bilhões, e mais recentemente podendo chegar até R\$30 bilhões por mês.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje em dia, durante este ano, de janeiro a março, esse valor que a gente acompanha para efeito de atividade gira em torno de R\$20 bilhões a R\$30 bilhões por mês, ratificando aquilo que a gente tinha estimado no final do ano passado.

Como o Gabriel falou também, além da questão da atividade a gente também teve um diálogo no banco, com as instituições autorizadas, com o mercado, à época, sobre uma preocupação de endividamento. E, nesse tema específico, não existe muita divergência: existe um consenso de uma forma geral por todos os participantes de mercado, que a gente ratificou internamente também, de que o fato de a pessoa apostar acaba prejudicando a capacidade dela de pagamento. Então, do ponto de vista de *rating* de crédito, uma pessoa que aposta geralmente – controlando inclusive por alguns fatores, como o Gabriel falou, como o tipo específico de linha de crédito ou tipo de renda –, o fato de a pessoa apostar... Tanto o mercado chegou a esta conclusão como a gente internamente também, que isso aumenta a probabilidade de a pessoa inadimplir ou ter uma operação de crédito.

Passo agora à Juliana, para comentar um pouco sobre a parte da educação financeira e comunicação. Por favor, Ju.

A SRA. JULIANA MOZACHI SANDRI (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia. Obrigada, Senadora, Senador e demais, é uma honra estar aqui acompanhando o Presidente Gabriel Galípolo, para ajudar a esclarecer o papel do Banco Central.

Com relação à educação financeira, o Banco Central tem uma preocupação muito grande em levar educação financeira a quem precisa, e, nesse sentido, trabalha em algumas frentes.

Nós temos um projeto muito importante que leva educação financeira para as escolas, temos milhares de escolas públicas no Brasil que já aderiram ao projeto Aprender Valor. E também trabalhamos... E daí a Senadora muito bem citou esse convênio, o acordo com a Febraban, que é para trabalhar justamente com as instituições financeiras para que elas também levem educação financeira à população.

Por quê? Ao trabalhar o índice de saúde financeira do cidadão, e para isso a gente precisa das instituições financeiras, porque, quando é mais bem aproveitado o conhecimento, a educação financeira, é quando o nosso cidadão está lá e precisa de um produto financeiro.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as instituições financeiras são essenciais para expandir e levar educação financeira adequada no momento de necessidade. Então, a gente trabalha com a Febraban nesse sentido para incentivar as instituições para que levem educação financeira.

A gente teve uma resolução recente, Resolução Conjunta nº 8, que dá poder de supervisão ao Banco Central, para justamente supervisionar as instituições financeiras, sobre essa questão da educação financeira. E a gente trabalha num tripé muito importante que se chama Pla-Pou-Cré, que é planejamento financeiro, a questão da poupança e do crédito, o bom uso do crédito, para fazer com que o cidadão se beneficie do crédito e use o crédito adequado. Levar educação financeira no momento adequado, em que o cidadão precisa desse produto, do serviço financeiro, é essencial. Então, nós trabalhamos nessas duas frentes.

Tem uma outra frente também, que pretende atingir todo e qualquer cidadão – e, para isso, o Banco Central está utilizando diversos meios de comunicação, como o Instagram, como as mídias –, que é para levar as questões de educação financeira e esclarecer o papel do Banco Central, como a gente atua e quais os cuidados para que o cidadão tem que ter atenção de forma mais simples, de forma mais... numa linguagem que ele entenda, uma linguagem descomplicada. Então, a gente tem BC Sincero, a gente tem uma série de *posts* justamente para ampliar e aprofundar a comunicação, levando ao cidadão qual é a parte dele na economia, o que ele pode fazer, os cuidados que ele tem que ter para evitar fraudes, todos os cuidados dentro da educação financeira na qual ele se insere.

Obrigada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Juliana, Sr. Rogério.

Faz um mês, mais ou menos, que eu estou conversando com o Secretário de Educação do Mato Grosso do Sul, Helio Daher, e ele me disse que está cada dia mais e mais preocupado com essa situação, porque os diretores das escolas têm reportado a adesão aos jogos. E algo que nós fizemos muito bem, mas muito bem mesmo, foi proibir o celular na sala de aula. O impacto está sendo extremamente positivo. Isso já evita que joguem durante... Porque não precisa nem pensar: nessa roleta russa, é só apertar lá. A pessoa não precisa nem se distrair muito, o aluno consegue disfarçar. Então, é muito importante, e eu vou oferecer para o Governo do estado esse



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto Aprender Valor, investir no material de educação financeira para o ensino estadual lá do Mato Grosso do Sul, para que possamos inserir isso, agora, unindo com esse Aprender Valor. Nós vamos entrar em contato, tá? Fico muito feliz de saber disso.

Bom, Presidente Galípolo, o Banco Central pode sancionar as IPs, as instituições de pagamento, que operam com *bets* ilegais? Caso negativo, de quem seria a competência? O senhor pode vetar? Essa é a pergunta.

V. Sa. acredita que a legislação deveria mudar nesse aspecto? Um escopo da nossa CPI é aprimorar a legislação, trazer propostas legislativas também. E as instituições de pagamento, nesse caso, também podem ser identificadas? Acredito que a resposta já foi sim, do Rogério, porque qualquer CNPJ é identificado pelas instituições bancárias. Então ali nós saberemos que o CNPJ, o Cnae é uma IP, mas há essa preocupação, se se pode sancionar instituições de pagamento que operem com *bets* ilegais.

E aí eu vou fazer mais umas duas, três perguntas para otimizar o nosso tempo, Presidente, tratando agora sobre lavagem de dinheiro, rastreabilidade e controle de fluxos financeiros.

O Banco Central tem identificado movimentações financeiras atípicas associadas a plataformas de apostas virtuais, especialmente aquelas com sede em paraísos fiscais ou jurisdições com baixa cooperação internacional?

A instituição considera que o Sistema Financeiro Nacional apresenta vulnerabilidades relevantes quanto à infiltração de fluxos financeiros oriundos de atividades ilícitas operadas por meio de apostas virtuais?

Quais são os critérios e protocolos atualmente utilizados para detectar e interromper transações financeiras suspeitas envolvendo operadoras de jogos e apostas, notadamente em operações de câmbio e transferências internacionais? Há, por acaso, uma estimativa de quanta evasão de divisas nós tivemos no período, em qualquer período que vocês passaram a estudar isso?

Qual é a estratégia do Banco Central no sentido de fortalecer a rastreabilidade de recursos financeiros vinculados a operadores internacionais de apostas ilegais, especialmente diante da regulamentação dos ativos virtuais e da implementação do Open Finance?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais medidas têm sido adotadas, no âmbito do *banking as a service*, para prevenir que contas digitais sejam utilizadas como instrumentos para o escoamento de recursos oriundos de apostas não autorizadas ou fraudulentas? Como o Banco Central tem atuado para responsabilizar instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio que eventualmente tenham viabilizado remessas indevidas de valores ao exterior vinculadas ao setor de apostas?

Por último, que iniciativa o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional têm implementado para coibir o uso de contas de terceiros, notadamente as conhecidas como contas laranjas, em operações financeiras vinculadas ao universo das apostas? E se vocês têm competência sobre as casas de câmbio, porque nós descobrimos também que a evasão de divisas tem utilizado casas de câmbio para fazer as remessas para o exterior.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu vou começar falando um pouco sobre o que que é o escopo do Banco Central aqui. Como a Senadora já colocou bem, o Banco Central vai fiscalizar o que está dentro do sistema financeiro, instituições de pagamentos, sempre com aquela visão que a gente comentou do ponto de lavagem de dinheiro, combate ao terrorismo, financiamento a armas de destruição em massa. Então, do ponto de vista de entender se tem alguém fazendo, autorizando ou permitindo o pagamento de alguma *bet* que não está autorizada, a gente não tem esse mandato nem esse escopo de acompanhar isto ou de fazer qualquer tipo de sanção nisto.

Mandato de acompanhar está equivocado. É o que falei. Acompanhante acompanha da seguinte maneira: a gente tem a Secretaria de Prêmios e Apostas, que nos informa quando existe alguma informação relativa a alguma empresa que não está autorizada, e, a partir daí, nós tomamos as medidas. Então a gente não tem o processo de fazer a supervisão...

Pode falar, Senadora, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Para a gente não perder o foco, se o Banco Central não tem essa competência, quem tem a competência ou de quem seria esta competência?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – A competência sobre se está autorizado ou não é da Secretaria de Prêmios e Apostas, de fiscalizar que quem está atuando no setor esteja devidamente autorizado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas eles não conseguem identificar. A SAP não identifica as transações financeiras. Ela não tem esse acesso.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, na verdade, a gente também não entra no detalhe da transação financeira por indivíduo ou por empresa. O que o Banco Central faz é: ele fiscaliza e determina os processos que existem dentro de cada instituição que é autorizada pelo Banco Central e supervisionada, e, a partir daí, a gente vai ver se a governança, o *compliance*, todo aquele processo de conheça o seu cliente, conheça o seu parceiro está de maneira adequada. Então, quem, por exemplo, deveria, se identificado algum tipo de problema, e nem relacionado só à *bet*, se tiver algum problema relacionado à lavagem de dinheiro, que você viu uma transação que você achou suspeita... cabe à instituição financeira informar o órgão responsável por aquilo. Instituição financeira ou qualquer tipo de autorizado tem que informar. Então, o papel do Banco Central é ir checando se os procedimentos estão adequados para que ele esteja realmente identificando e podendo fazer a denúncia quando é o caso. Então, a gente também não entra no caso específico de cada uma das transações individuais.

Agora, existe, sim, um desafio que é importante a gente reconhecer: ocorreu uma série de inovações no mercado financeiro ao longo dos últimos anos, não só do ponto de vista de entrada de novos atores, e que foi muito importante em termos de competitividade, mas desde cripto até *bets* há uma série de atividades que estão sendo incorporadas e adicionadas àquilo que é o escopo do Banco Central, não relativo... no caso do cripto, até é nosso, mas não relativo especificamente a *betting*, em que a gente deveria acompanhar as apostas e se estão autorizadas ou não, mas, efetivamente, aquilo acaba gerando uma demanda quando a Secretaria de Prêmios de Apostas nos manda algum tipo de demanda, e, a partir daí, a gente precisa ter esse desdobramento de entender se o procedimento está adequado e até demandar que não se opere mais com aquela empresa que não está autorizada.

Ju, você quer dar uma complementada?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que tem vários temas... O tema do Banking as a Service, que a gente saiu recentemente com uma consulta pública, acho que o Rogério pode comentar um pouquinho.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Tá, o.k.

Antes de entrar no Banking as a Service, só reforçar um ponto que o Presidente Gabriel comentou, que a senhora perguntou, que diz respeito à questão da nossa competência ou da nossa informação em relação às instituições que acabam sendo utilizadas... as instituições reguladas pelo Banco Central que acabam sendo utilizadas para fazer esse tipo de transação.

Como o Presidente Gabriel comentou, a gente não tem competência no âmbito da lei específica. No entanto, quando a gente, nos nossos procedimentos de avaliação dos procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro das instituições financeiras, durante as nossas inspeções, quando a gente se depara com uma irregularidade que aquela instituição financeira pratica ou que é utilizada para praticar, mas que diz respeito a outra autoridade, diz respeito à competência de outra autoridade, a gente tem como dever legal... a gente faz a notificação dessa autoridade e obriga que a instituição financeira ou a instituição regulada notifique a autoridade responsável sobre aquela ocorrência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É possível cassar essa licença de uma IP, por exemplo, que está atuando de forma negativa, via Banco Central?

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Você pode explorar isso depois, não é, Juliana, por favor? A Juliana responde à senhora depois, porque ela tem mais propriedade para falar disso, sobre esse assunto, do que eu.

Da mesma forma, quando outra autoridade, por exemplo, a SPA, durante o seu processo de supervisão, ela detecta que existe, por exemplo, alguma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central que está sendo consistentemente utilizada para fazer aquele tipo de operação que é irregular do ponto de vista da sua competência, ela também notifica a gente. Então, esse diálogo entre o Banco Central e a SPA, do Ministério da Fazenda, tem existido e a gente tem levado em consideração os achados da Secretaria de Apostas no âmbito das nossas



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supervisões. A gente utiliza isso como subsídio. Esse diálogo entre a gente e o Ministério da Fazenda existe.

Especificamente em relação ao Bank as a Service, como a senhora muito bem identificou, é uma medida que é proposta pelo Banco Central. Atualmente ela está no processo de consulta pública. Não existe ainda uma regulamentação, mas a motivação dela é justamente essa que a senhora muito bem identificou, que é a gente responsabilizar, deixar transparente de quem é a responsabilidade da prestação do serviço no final do dia e submeter isso a uma instituição regulada pelo Banco Central – faz parte de um diálogo da sociedade. Existe um custo para poder fazer essa regulamentação também, até por conta disso, a gente abriu uma consulta pública. Esse processo está num processo de diálogo, está num processo de consulta, mas a motivação é discutir justamente este ponto: até que ponto a sociedade entende como pertinente que a gente deixe mais clara a responsabilização de uma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central na prestação daquele serviço específico.

Ju, se você puder, por favor, responder à pergunta da Senadora. Acho que você tem mais propriedade que eu.

Obrigado.

A SRA. JULIANA MOZACHI SANDRI – Obrigada.

Resgatando aqui então primeiro sobre as competências sobre as casas de câmbio. Sim, pela regulação vigente só é permitido operar em câmbio quem é autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Então nós temos diferentes tipos de instituições: nós temos corretoras de câmbio, nós temos bancos de câmbio. Então eles são obrigados a pedir autorização para o Banco Central e, uma vez autorizados, estão sujeitos à supervisão do Banco Central.

Como que se dá esse processo desse olhar sobre qualquer instituição autorizada? Primeiro, nós temos um processo de autorização muito robusto, em que há uma série de documentos que devem ser apresentados sobre o modelo de negócio, sobre o seu impacto, sobre os próprios administradores. Uma vez autorizada, qualquer instituição passa a fazer parte do escopo da supervisão do Banco Central, e a supervisão sempre pensa em sanar as



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irregularidades. Uma vez autorizada, essa instituição provavelmente trouxe concorrência, trouxe benefícios para o cidadão. Então, o primeiro passo da supervisão é verificar os procedimentos e controles, como o Presidente Gabriel falou, e, se encontradas irregularidades, a gente atua para que elas sejam sanadas.

Claro que, no decorrer dos trabalhos, se eles não são sanados, a gente vai escalando, vai tomando as medidas necessárias – todas as medidas são previstas em lei, a gente não consegue atuar sem essa previsão –, até que pode chegar ao ponto de eventualmente ter um processo administrativo sancionador, que é dentro do bojo do próprio Banco Central essa sanção.

Pode ocorrer também de a gente ter que retirar essa instituição, mas para isso a gente tem mecanismos próprios, a gente não pode simplesmente, de livre entendimento, livre arbítrio... A gente tem todo um procedimento de contraditório, de escalonamento, mas, sim, uma vez previsto, a gente tem as situações legais em que a gente pode tirar, as sanções aplicáveis tanto aos administradores quanto à própria instituição, e daí colocando aqui qualquer instituição autorizada pelo Banco Central, seja uma IP, seja um banco, seja uma casa de câmbio, uma corretora.

Sobre as vulnerabilidades, o Banco Central participa... Nós temos alguns mecanismos do Brasil em que a gente trabalha sobre as vulnerabilidades do sistema brasileiro financeiro com relação, principalmente, à lavagem de dinheiro, que é a parte que cabe ao Banco Central. Então, nós participamos da Enccla, que é a Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, de forma muito atuante. E, no âmbito da Enccla e coordenado pelo Coaf, a gente tem a avaliação nacional de riscos, que traz justamente quais são os riscos, os produtos, os segmentos que trazem maior vulnerabilidade para a questão de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A gente tem dois tipos de avaliação: uma que é uma avaliação nacional de riscos e uma avaliação setorial de riscos. Na avaliação setorial de riscos, o Banco Central atua fortemente junto com os outros reguladores e supervisores do próprio Banco Central – do sistema financeiro, perdão. Estamos nesse processo, acabamos de finalizar uma segunda avaliação setorial de riscos, que justamente orienta, mapeia eventuais vulnerabilidades de lavagem de



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro dos sistemas e onde deve ser a maior atuação ou o maior olhar e maior cuidado para a lavagem de dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em relação à lavagem de dinheiro restrita às *bets*, há números que vocês podem já nos dizer que foram identificados? Quando vocês... De cada setor vocês analisam... Então, relativo às *bets*, conseguiram fazer um *link*, uma ligação entre a lavagem de dinheiro e a atividade de jogos eletrônicos?

A SRA. JULIANA MOZACHI SANDRI – No caso, o papel do Banco Central é atuar para que as instituições financeiras, ou as IPs, quando identificarem esse *link*... Porque nem toda *bet* não autorizada está lavando dinheiro e nem tudo que é lavagem de dinheiro é com *bet* autorizada. Então, qual é o nosso papel? ... que as instituições financeiras tenham mecanismos e controles robustos para pegar qualquer indício de lavagem de dinheiro, independentemente da fonte, e comuniquem isso ao Coaf, que é responsável por fazer a inteligência do sistema financeiro. Dessa inteligência nós não temos a competência e não fazemos no Banco Central.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, quem tem esse número seria o Coaf e a Febraban?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Na verdade, a Febraban, eu acho que ela não vai poder passar esse dado aberto. O que a Febraban tem, não é a Febraban, mas as instituições... Algumas das instituições estão lá. São elas as responsáveis, ao identificar algum tipo de indício de que pode existir lavagem de dinheiro ou terrorismo – como a gente comentou... ela vai ter que informar para esses órgãos que a gente está chamando, que pode ser o Ministério Público, pode ser a Polícia Federal, pode ser o Coaf, que é quem é o responsável por essa parte de inteligência, vamos dizer assim.

Então, muitas vezes, o que vai caber é assim: as instituições vão estar olhando os casos, que são os casos pontuais, ou seja, eu enxerguei aqui uma conta, seja de um CPF ou de um CNPJ, e essa conta sugere algum indício estranho. É obrigada a instituição financeira a encaminhar para os órgãos responsáveis, para dar sequência – que têm a atribuição da inteligência, a dar sequência – na investigação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central vai produzir geralmente esses estudos macro, que são esses estudos com os dados agregados que podem sugerir vários tipos de deduções ali a partir disso, mas a gente não dá sequência no processo de inteligência porque cabe à gente fiscalizar e garantir que as instituições que são autorizadas, supervisionadas e reguladas por nós estejam com procedimentos e processos onde todos os seus funcionários saibam exatamente o que eles devem fazer, no caso de ter identificado algum tipo de procedimento ou transferência ou pagamento que possa sugerir alguma questão relacionada à lavagem de dinheiro. E aí muitas vezes nem passa pela gente, vai direto ao Coaf, vai direto para o Ministério Público, vai direto para a Polícia Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Passando para o último bloco, porque muitas perguntas aqui que eu tinha já foram sanadas.

Agora sobre regulação, supervisão e responsabilidade institucional.

Durante o período de vacância regulatória da Lei nº 13.756, de 18, o Banco Central emitiu alertas ou normas voltadas à prevenção dos riscos decorrentes da proliferação das apostas virtuais?

Considerando os reflexos econômicos e sociais do setor, o Banco Central considera que deveria ter adotado postura mais ativa na proposição de normativos, ainda que de caráter provisório, com vistas à contenção dos impactos do vácuo regulatório?

O Banco Central participou da construção normativa do marco regulatório das apostas, em especial na interlocução com o Ministério da Fazenda e demais órgãos envolvidos?

Qual é a visão institucional do Banco Central sobre as instituições de pagamento que operam fora de seu escopo de autorização e fiscalização, sobretudo aquelas envolvidas em operações no *site* de apostas? Acho que isso, a Juliana esclareceu.

As instituições de pagamento não autorizadas pelo Banco Central estão obrigadas ao registro no Sistema de Informações de Crédito (SCR), no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) e no Sistema de Controle de Atividades Financeiras, que seria o Siscoaf?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os impactos da ausência de tais registros para o controle da lavagem de dinheiro? E quais seriam, na visão de V. Sas., os aprimoramentos legislativos mais relevantes que o Congresso Nacional poderia promover para ampliar a atuação do Banco Central no enfrentamento das práticas abusivas e ilegais associadas às apostas?

E aqui, dentro dessa construção do aprimoramento legislativo, já todos nós aqui deixamos as portas abertas para que, na parte técnica de vocês, vocês consigam, vocês possam colaborar conosco para que encontremos juntos as soluções e as formas de mitigar os danos dessa atividade que não conseguimos conter. Uma coisa é proibir... Está impossível proibir, porque não temos um muro virtual.

Eu ouvi dizer, acho que foi o Nelsinho Trad que me disse, que nos Estados Unidos é proibido apostar alguma coisa e a pessoa não consegue... quem está no território americano não consegue acessar esse *site* no exterior. Então, a gente tem que verificar isso – vou verificar –, mas aqui no Brasil nós não temos.

Então, considerando isso, nós temos que mitigar os danos, porque, se não, aí sim teremos uma invasão de divisas sem controle nenhum.

Então, já deixo as portas abertas. Muito obrigada.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu que agradeço, Senadora.

Na primeira parte, relativa a alertas e questões normativas, eu acho que tem dois lados. Tem um lado que acho que a gente já mais ou menos abordou aqui, que é o lado de o que está dentro do nosso escopo e como efetivamente a gente não tem um escopo do ponto de vista regulatório ou de supervisão relativo às *bets*. Porém, tem um lado que é quase anedótico de contar como é a primeira aproximação, vamos dizer assim, do Banco Central com o tema para a questão de estudo de estabilidade financeira e estabilidade monetária, que decorre justamente daquilo que o Rogério comentou um pouco no início. Não era possível a gente fazer um estudo antes, como a gente costuma fazer com outros setores da economia, porque esse é um setor não regulado, então você não conseguia identificar o que essa empresa que tem um Cnae identificado com esse tipo de atividade ou setor... Não era possível. Então, a gente começa a



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar tatear o problema usando metodologias para que a gente pudesse identificar fluxos financeiros que reuniam indícios de que estavam indo para *bets*.

E aí, realmente, o que aconteceu foi isso. A nossa porta de entrada foi pelo lado macroeconômico. A gente estava vendo a renda crescer, a renda cresceu muito das famílias nos últimos dois anos, é um crescimento tanto em velocidade quanto em nível; historicamente, o mais elevado que a gente viu. E aí a gente percebia que existia um certo vazamento desta renda, ou seja, a gente não encontrava essa renda se desdobrando nem em consumo nem em poupança. A investigação começa para tentar entender: "Se essa renda não está indo nem para consumo nem para poupança, para onde está indo essa renda?". A partir daí, começam esses diálogos e tentativas de estudo para poder identificar isso. Até é a partir desses diálogos que diversas instituições passam a soltar e publicar estudos com essas estimativas, mas, como bem disse o Rogério, com um amplo espectro de variação do que se imaginava, justamente pela dificuldade. Não é como um outro setor que você podia ir lá e identificar de maneira mais clara com a metodologia.

Então, o nosso alerta, para usar a expressão que a Senadora usou tão bem, entra por aquilo que era a preocupação nossa original, que era: "Vamos entender o impacto disso para a questão econômica, para a questão da demanda e para a questão da estabilidade financeira". E é por isso até que a gente faz um estudo antes mesmo de a atividade estar regulada, porque a gente estava percebendo que isso podia ter algum tipo de impacto ali.

Do ponto de vista normativo, a gente, obviamente, está sempre aberto e gosta de participar e trocar informações. Esse é um tema que eu tenho tentado tratar desde quando eu cheguei, até antes de eu chegar à Presidência, à Diretoria de Política Monetária. Às vezes, há uma confusão sobre a autonomia do Banco Central. O Banco Central é autônomo, ele não é isolado. Então, o Banco Central produz informações. Essas informações são informações que têm que estar disponíveis para o Senado, para a Câmara dos Deputados, para o Poder Executivo e para a população em geral. Então, por isso que a gente tenta sempre dar tanta transparência, às vezes publica nos nossos relatórios diversos estudos... Pode ser um pouco mais extenso e cansativo ali de ler, mas a tentativa é garantir essa transparência justamente nesse sentido. É óbvio, tanto na Secretaria de Prêmios e Apostas quanto em qualquer outra instituição que está relacionada à regulação, a gente está à disposição para trocar informações.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao Banco Central, eu acho que o tema de fundo para a gente é um tema que não é específico a *bets*, mas perpassa aquilo que eu estava comentando no início. Eu acho que ocorreram uma série de transformações no mercado. Essas transformações no mercado geraram novos serviços adicionais que o Banco Central tem de prestar à população, e hoje você não teve uma transformação no arcabouço institucional, legal, orçamentário e financeiro do Banco Central que se equipare a essas transformações que ocorreram. E muitas dessas coisas são novas.

Se a gente pegar o caso de cripto, por exemplo, a própria classificação contábil – se aquilo deve ser considerado como um investimento em uma conta capital, se aquilo deve ser considerado para fins de comércio e importação –, a própria classificação contábil internacional vem alterando isso, porque não há uma clareza já definitiva de qual é a motivação por trás. E isso muda muito. Se você está falando de um cripto ativo mesmo, você está falando de uma *stablecoin*, ou, se você vai falar, às vezes, do consumo de serviços que a gente chama de *streaming*, desses serviços por assinaturas muitas vezes que vêm lá de fora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Exatamente.

Hoje você tem uma discussão dentro dos pilares da OCDE sobre como é que você deveria contabilizar isso, quanto disso está sendo aparente como um consumo lá fora. Então, essas inovações todas, como a Senadora identificou muito bem, bagunçaram as caixinhas e as fronteiras que existiam antes, criaram-se áreas mais cinzentas, e isso impõe desafios para os órgãos, do ponto de regulação, isso vai gerar cada vez mais demandas do ponto de vista em que os órgãos reguladores estejam devidamente equipados e com condições para responder à altura na preservação dos serviços que já eram da sua obrigação, mas nesses novos que eles estão assumindo. Então, para o Banco Central, a preocupação sempre é que a gente consiga ter o arcabouço legal, institucional, orçamentário e financeiro adequado para poder responder.

Eu deixei de responder a alguma coisa, Ju, aqui? Pulei algo? Não sei se eu esqueci...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só para terminar, então, eu agradeço imensamente, mas não vou deixar de perder a oportunidade para



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

falar... Só para lembrá-lo de um assunto que não é pertinente aqui à nossa discussão, mas, com o índice de inflação abaixando e a expectativa de crescimento do Brasil, há uma luz no fim do túnel... Quando, quando, quando nós podemos esperar a baixa dos juros? *(Risos.)*

Não precisa nem responder, o senhor me responde depois, mas eu não vou deixar de perguntar.

Obrigada, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode afetar o dólar e a Bolsa hoje, então vamos nos proteger. Não vamos causar danos. É um princípio da medicina: primeiro, não causar danos. *(Risos.)*

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – E vale muito para o economista.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Vale muito, exatamente.

Bom, agora sou eu.

Dr. Galípolo, um estudo do Banco Central estima que – já foi falado aqui – 5 milhões de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram 3 bilhões para empresas de apostas via Pix, somente em agosto de 2024. Desse total, 4 milhões eram chefes de família. E, no ano passado, a Advocacia-Geral da União afirma que, num recurso do Supremo Tribunal Federal, o Governo enfrenta dificuldades para adotar medidas capazes de impedir o uso de recursos da Bolsa Família para pagar apostas esportivas *online*.

Na semana passada, o Regis Dudena, que é o Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, disse que o Governo vai proibir que beneficiários de Bolsa Família e BPC utilizem esses recursos em apostas nas *bets*. Eu considero que isso é extremamente importante para proteger a saúde financeira das famílias e, inclusive, o sustento das famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade no nosso país.

Eu pergunto ao senhor: o Banco Central tem condição e está no escopo do Banco Central proibir o uso desses recursos? E tem como controlar para que esses recursos não sejam utilizados em apostas esportivas *online*? Essa seria a primeira pergunta.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou economizar aqui, e o Izalci pediu para você não ficar com raiva de mim, até lhe dando um presente de aniversário, porque foi seu aniversário ontem... Aliás, que você tenha muita saúde, parabéns.

E um levantamento recente identificou que oito instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central, atuando como intermediárias de pagamentos para 136 *sites* de apostas ilegais, entre elas estão nomes de FitBank, Volute, Microcash – ou Microcash.

Como a autoridade financeira e monetária do país monitora e fiscaliza as atividades das instituições de pagamento para garantir o cumprimento da Lei das Bets, a Lei 14.790, de 2023, que proíbe transações com entidades de apostas não autorizadas pelo Ministério da Fazenda?

Como são garantidas a transparência e a rastreabilidade das transações financeiras realizadas por meio de plataformas de apostas *online*?

Existem mecanismos para identificar e bloquear as transações suspeitas ou ilegais?

Quais os desafios para garantir a segurança e a integridade do sistema financeiro diante do crescimento do mercado de apostas *online*?

E o que o Banco Central pode fazer na hipótese em que uma instituição de pagamento que recebe ou envia recursos para empresas de quota fixa ou jogos *online*, *bets*, sem autorização para funcionamento concedida pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e quais medidas punitivas podem ser aplicadas?

E, finalmente, eu gostaria de saber, quantas instituições de pagamento já tiveram autorização de funcionamento cassadas por atuação com *bets* ilegais no nosso país?

Basicamente isso.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador.

O tema de o estudo ter feito essa estratificação relacionada ao Bolsa Família se insere naquela preocupação de a gente poder entender justamente como era possível acessar uma faixa da sociedade que está numa condição de maior vulnerabilidade – então, por definição,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quem tem acesso ao Bolsa Família é compreendido como uma fatia da população com maior vulnerabilidade – e como essa fatia poderia estar destinando parte da sua renda também para apostas nesse critério de análise sobre o que a gente entende que poderia estar impactando o consumo e endividamento. Então era sobre essa perspectiva.

Hoje o Banco Central não tem nenhuma atribuição para poder fazer esse tipo de impedimento para que pessoas que recebem o Bolsa Família não façam apostas – não está dentro da nossa competência, nem escopo, nem tem atribuição para isso. O que eu entendi, e aqui o Rogério e a Juliana, por favor, me corrijam, por parte da Secretaria de Prêmios e Apostas, é que ela vinha encontrando alguma dificuldade técnica para poder fazer a segregação dos recursos, ou seja, da origem dos recursos, uma vez dentro da conta, que parte dos recursos eram entendidos como sendo oriundos do Bolsa Família, que parte vinha de outra origem, outra fonte, e como é que se faz essa segregação do dinheiro que pode ir para a aposta e o dinheiro que não pode ir para a aposta. Foi isso que eu entendi da discussão que está tendo hoje relativa a pessoas que estão recebendo recursos do Bolsa Família e como a gente pode ter algum tipo de encaminhamento relacionado a isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Me desculpe interrompê-lo.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Lógico.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas é porque o Secretário fala – em nome do Governo, obviamente – que o Governo vai proibir que beneficiários do Bolsa Família e do BPC façam aposta em *bets*. Então, é por isso que eu queria entender como é que a gente consegue fazer essa proibição. Eu acho uma coisa meio complexa, mas...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Aliás, eu sou médico, então eu queria saber como é que a gente vai fazer isso.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Perfeito. E aí, do nosso lado, obviamente, cabe sempre ao Banco Central obedecer ao comando legal que ele recebe do legislador, e eu tentei aqui mais relatar justamente a dificuldade que o próprio Senador identificou: como é que, a partir do dinheiro, estando dentro da conta do cidadão, é possível fazer algum tipo de



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

segregação nesse sentido, por valor, como é que é possível. Então, a gente não... E realmente esses são estudos que estão sendo desenvolvidos, Senadora, estão sendo desenvolvidos pela secretaria ali dentro do Ministério da Fazenda. Obviamente o Banco Central vai seguir aquilo que o comando legislativo determinar para a gente.

As outras questões, talvez, acho que a Juliana pode responder melhor do que eu aqui. Por favor, Juliana.

A SRA. JULIANA MOZACHI SANDRI (Para expor.) – Obrigada, Senador.

O Banco Central, nós não temos mecanismos para fiscalizar as operações e as transações dos clientes. Como o Presidente Gabriel esclareceu, nós entramos para acompanhar e fiscalizar os procedimentos e controles das instituições financeiras no que cabe aos seus controles para prevenção e lavagem de dinheiro. Nós não temos a competência legal para atuar sobre a transação com *bets* ilegais. Isso fica fora do nosso escopo de competência. O que a gente consegue fazer é, no âmbito da prevenção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a gente atua para que essas instituições tenham esses controles e procedimentos para comunicar, sim, fazer as comunicações devidas, seja ao Coaf, seja ao Ministério Público, seja ao próprio regulador, que é a SPA, mas a nossa atuação é limitada no que se refere às *bets* ilegais. Então, nesse sentido, até por não termos competência, a gente não consegue tirar do mercado uma instituição, já que nós não somos os supervisores e os reguladores das empresas de aposta de quota fixa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quem seria responsável por aplicar sanções a essas empresas que funcionam como meios de pagamento para *bets* ilegais, como essas empresas de que eu falei aqui? Porque, eu vou repetir, eu vou repetir: um levantamento recente identificou que oito instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central atuam como intermediárias de pagamentos de 136 *sites* de apostas ilegais; entre elas, está o nome de FitBank, Voluti e Microcash. Como é que a autoridade monetária monitora isso e fiscaliza as atividades dessas instituições de pagamento para garantir o cumprimento da Lei das Bets, a 14.790, que proíbe transações com entidades de aposta não autorizadas pelo Ministério da Fazenda?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA (Para expor.) – Como o Presidente Gabriel e a Juliana comentaram anteriormente, a gente não tem nenhuma competência específica no que diz respeito à Lei 14.790. Então, o descumprimento da lei específica, qualquer sanção que for aplicada em relação ao descumprimento daquela lei específica não é competência do Banco Central; a competência é do Ministério da Fazenda por meio da Secretaria de Apostas. No entanto, existe um diálogo entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, e a gente é notificado... Por exemplo, o senhor citou instituições autorizadas a funcionarem pelo Banco Central que são recorrentemente utilizadas para esse tipo de transação. Existe uma troca de informação entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central, onde o Ministério da Fazenda nos subsidia com essas informações. A gente leva em consideração essas informações para a realização dos nossos procedimentos de supervisão, que, como a Juliana explicou anteriormente, não tratam da transação em si, mas dos procedimentos que aquela instituição financeira autorizada tem que ter para poder fazer a detecção desse tipo de transação.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Sendo bastante transparente aqui, então, nós atuamos a partir da informação que a gente recebe da Secretaria de Prêmios e Apostas. Então, a gente é informado de que: "Olhe, existe ali uma *bet* não autorizada que está operando". E, a partir daí, a gente atua com a instituição para que a instituição tenha os procedimentos adequados para que ela possa identificar essa novidade que surgiu agora para essa instituição, que é estar atento se é uma instituição autorizada ou não autorizada a partir da regulamentação. Então, é a partir do comando da Secretaria de Prêmios e Apostas, que nos informa que tem ali uma instituição não autorizada operando, que a gente informa sobre os procedimentos que aquela instituição deve ter para poder checar isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente. Então, baseado nessas informações, a gente pode concluir que não existe nenhuma instituição de pagamento que teve sua autorização cassada por atuação com *bets* ilegais. Obrigado.

Eu quero agradecer aqui também as respostas, estou contemplado e passo em seguida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, pois não, nossa Relatora.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Só para a gente conseguir entender melhor o que o Presidente falou, gostaria de saber se é mesmo a SPA que pode sancionar instituições de pagamento. É a SPA o órgão? Justamente para a gente poder aprimorar ou aumentar dentro da legislação a capacidade de outros órgãos... Para a gente saber para quem legislar e de quem cobrar.

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA (Para expor.) – No que diz respeito ao descumprimento especificamente da lei que trata de *bets*, a competência é da SPA, do Ministério da Fazenda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só sobre *bets*? Só sobre *bets*...

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA – Só sobre... Sobre o que trata a lei...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Outras Cnaes, não seria o caso. Estou falando das instituições de pagamento. Então, é a SPA que pode sancionar IPs?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Isso. É porque o tema é restritivo a *bets*. O que ele está descumprindo? Ele está descumprindo permitir uma empresa que não está autorizada a fazer operações relativas a isso. O que é o nosso mandato? Nosso mandato é assim... Se eu identificar que existe uma instituição autorizada pela gente, seja IP ou qualquer uma, que não está com um procedimento adequado para prevenção à lavagem de dinheiro, por exemplo, aí, sim, cabe ao Banco Central ir lá e fazer qualquer tipo de sanção nela, porque ela não está adequada do ponto de vista dos procedimentos... Por exemplo, se identificou que tinha ali uma evidência de lavagem de dinheiro, e ela não informou o Coaf, aí, sim, ela vai ter um tipo de sanção, porque não teve esse tipo de informação adequada, e os procedimentos não estão a contento.

Agora, como neste caso é um descumprimento de uma regra que não está debaixo da gente, está debaixo da Secretaria de Prêmios e Apostas, que é "ela está operando como instituição que não está autorizada", quem define quem está autorizado ou não está autorizado... E a lei define toda a competência para eles. Então, eles vão devolver para a gente e



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar assim: "Olhe, informe que essa instituição está operando com alguém que não está autorizado naquilo que está dentro do meu quintal". É essa a lógica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu pensei que o Banco Central tivesse uma competência geral e generalizada, que, se houver lavagem de dinheiro em geral, vocês também teriam competência. Ou na *bet*...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso, lavagem de dinheiro, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Geral?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Lavagem de dinheiro, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E mesmo envolvendo *bets*? Aí, sim.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso. Esse tema é assim: lavagem de dinheiro em geral é aquilo que a gente comentou: nós vamos olhar o procedimento das instituições e a gente vê se o procedimento dele está adequado. Quem tem obrigação de informar casos individuais, vamos chamar assim, é a própria instituição que é obrigada a fazer isso. Então, ela informa para lavagem de dinheiro em geral.

Agora, a pergunta – se eu tiver entendido errado, me corrija, Senadora – é se por acaso existe uma instituição que está operando com uma empresa de *bet* não autorizada. Aí não está debaixo do nosso guarda-chuva.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – A SPA – na minha visão também, não sei se a gente está conseguindo se entender aqui –, na minha visão, ela só tem competência para sancionar empresas *bets*, só que eu estou falando quem tem competência para sancionar as instituições de pagamento, os...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É isso que eu estou perguntando, não sancionar *bets*.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – O Rogério vai falar, mas assim...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Porque eu acho que a SPA não pode sancionar uma instituição de pagamento.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – O tema não é quem você sanciona, e, sim, por quê. Vamos dar um exemplo. Vamos imaginar que uma instituição de pagamento ou um banco está devedor com o Fisco. Quem sanciona aquela instituição devedora com o Fisco?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Receita.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É a Receita Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Entendi.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então, assim, o tema é *bet*. Quem sanciona uma instituição pelo tema *bet*? É o Banco Central? Não. Por isso que a gente no início falou: o Banco Central tem um processo de sancionar naquilo que é o seu escopo. Como é que é sancionar no seu escopo? Vamos voltar ao exemplo da lavagem de dinheiro. No caso da lavagem de dinheiro, aconteceu de uma instituição não estar com um procedimento adequado para fazer o processo de supervisão, regulação e até fiscalização e punir, no caso, ou encaminhar para os órgãos competentes um caso de lavagem de dinheiro. Bom, nesse caso, a gente vai sancionar ele. Então, é menos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Seria concorrente essa competência de ambos, se envolve *bet* e tem lavagem de dinheiro?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, porque não é pela questão de o que é a empresa, e, sim, qual é o motivo por que você está sancionando. Eu estou sancionando a atividade, não a empresa. Então, a atividade... Ou estou fiscalizando – é melhor, né? – a atividade. Quem fiscaliza a atividade de *bet* é a Secretaria de Prêmios e Apostas. A gente vai para lavagem de dinheiro: como a Senadora colocou muito bem, em todos os casos, a gente vai estar analisando – sempre. Agora, é uma empresa autorizada ou não autorizada? Quem autoriza? A Secretaria de Prêmios e Apostas. É ela que vai dizer se está autorizada ou não está autorizada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só uma informação. O que nós identificamos é que donos de *bets* acabaram até migrando e vendendo suas *bets* dizendo que não estão mais na atividade, mas abriram IPs e continuam trabalhando. Então, há IPs... Segundo o que nós estamos apurando, há IPs que só foram abertos única e exclusivamente para isso. Então, é isso que a gente está investigando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero só informar – a Senadora Damares chegou agora – que nós fizemos um acordo de procedimentos em que cada Senador e Senadora vai fazer um grupo de três perguntas. A senhora vai... Se quiser fazer nove, dez, mas vamos fazer um grupo de três em três, para a gente tornar esta reunião mais dinâmica e produtiva... Eu informei isso, a senhora não estava, mas fique informada a senhora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não entendi: três perguntas ou três Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, o senhor vai fazer três perguntas, e eles vão responder, mas você vai continuar perguntando de três em três. Depois, passamos para a Senadora Damares ou para o Senador Jaques Wagner, que está presente desde o início da reunião também, se ele quiser fazer alguma consideração a respeito ou uma pergunta para os nossos convidados.

Senador Izalci, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vejo, talvez pelo princípio da gestão pública, em que você só pode fazer o que é permitido, que tenham se criado alguns problemas com relação a isso.

Recentemente a Receita Federal teve a questão do Pix, que gerou aquela confusão toda, mas a Receita Federal precisava colocar alguma coisa, uma portaria estabelecendo normas para apresentação de dados. Não foi feito; foi desfeito, e acredito que está acontecendo a mesma coisa com relação a isso.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ampliando até o que foi dito pelo Presidente, nós temos hoje 22 instituições financeiras de pagamento, o que já foi inclusive notificado. O Banco Central foi notificado pela secretaria, a Secretaria de Prêmios e Apostas, no dia 13 de março de 2025, que essas instituições continuam com operações de *sites* ilegais. Então, imagina, são 2.475 *sites* ilegais operando com instituições regulares. Fico imaginando quantas instituições irregulares estão operando nesse mercado. O que me preocupa é exatamente isso.

A Secretaria de Prêmios e Apostas já identificou as *bets* ilegais, e essas *bets* ilegais estão transacionando, estão remetendo recurso com instituições do Banco Central. Está aqui, por exemplo, algumas, como foi citado aqui: FitBank, Microcash, Celcoin, Nitro, Creditag; todas são autorizadas pelo Banco Central, mas elas continuam processando transações de apostas ilegais, apesar da supervisão e das notificações também, que foram feitas a elas em fevereiro de 2025.

Então, o que a gente precisava saber... E, pelo que eu estou vendo, não tem ainda nenhum procedimento no sentido de coibir isso, porque não tem lógica, com o Banco Central sabendo que são ilegais, estarem operando. Inclusive, tem uma portaria do Ministério da Fazenda, a 566, que estabelece multa de até 2 bilhões para instituições que operam com *sites* ilegais. O Banco Central identificou indícios de má-fé ou negligência nessas 22 instituições notificadas. E como está sendo essa coordenação com a Polícia Federal, que está investigando possíveis crimes com lavagem de dinheiro associada às operações? Essa é a primeira pergunta, já que está limitada a três.

Essa é a primeira pergunta. Diz que eu posso fazer três, então essa é a primeira de três.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone.*) – Como o senhor preferir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só tenho 14.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone.*) – Vai lá!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O senhor quer que eu faça as três de uma vez?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone.*) – Por favor.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, eu fiz, inclusive, um requerimento que foi aprovado aqui no dia 1º de abril – Requerimento 410 –, solicitando, inclusive, à nossa querida Sra. Juliana algumas informações, não é? Exatamente nisso, o que está sendo feito com relação a essas instituições, e pergunto aqui, no item 3: há planos de reforço institucional, designação de pessoal, abertura de uma frente de trabalho ou desenvolvimento de ações conjuntas entre o Coaf, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Secretaria de Prêmios e Apostas, com vistas a essas fiscalizações?

Eu fiz esse requerimento exatamente para saber, porque o que eu estou sentindo é que, como são atribuições de vários órgãos, e aí, é tipo assim: "Não, isso não é comigo, isso não é comigo, isso é com não sei quem". Entendeu? E a coisa não funciona. Então, o que será necessário nós – ou para o próprio Banco Central – fazemos para impedir? Porque, veja bem, nós temos muitas instituições operando de forma ilegal, o que não deixa de ser lavagem de dinheiro, inclusive como foi dito pela Relatora. Nós temos, inclusive, instituições abrindo instituição de pagamento só para remeter recursos para o exterior. Foram bilhões e bilhões remetidos. Eu sei que é difícil controlar, mas alguma coisa tem que ser feita, e, quanto a toda remessa que é feita para o exterior, o Banco Central tem condições de dizer, de saber quem é que está remetendo e para onde está remetendo. Mas...

Agora, 72% das operações são feitas com Pix. Aqui, ó: Qual é o plano concreto do Plano Central para aprimorar os mecanismos de monitoramento e *compliance* das instituições financeiras e *fintechs*, diante da constatação de que 2,5 bilhões foram movimentados em apenas duas semanas, por meio de 546 CPFs falsos, incluindo pessoas falecidas, sem que houvesse bloqueio efetivo dessas transações? Então, vê-se que a coisa está complicada.

Como o Banco Central planeja aprimorar o monitoramento, em tempo real, das transações Pix para identificar e bloquear apostas ilegais, considerando a instantaneidade do sistema – menos de dez segundos, não é? –, o volume de 18 a 21 bilhões mensais e a adaptabilidade de operadores ilegais que alteram as chaves do Pix?

Acho que só posso fazer três.

Depois eu faço as outras, não é, Presidente?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não... Se quiser fazer quatro, também pode fazer. O que você achar... O importante é que a gente caminhe bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Senadora Damares, eu vou... Deixe-a falar e depois a gente volta aqui às...

É porque é sequência, é o mesmo assunto, por exemplo: existe uma nota técnica, a 513, de 2024. Destaca a dificuldade de identificação das empresas de apostas *online*, com muitos operando inclusive fora do Cnae, movimentando 20,8 bilhões, apenas via Pix, em agosto de 2024. Como o Banco Central pretende aprimorar os mecanismos de monitoramento e fiscalização dessas operações para garantir a transparência e evitar possíveis ilícitos financeiros, como lavagem de dinheiro? Se é que existe alguma possibilidade.

Eu vou ficar aqui...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – O Senador me ajudou demais, porque ele traz uma citação que é um exemplo maravilhoso para explicar de quem é a obrigação.

O Senador conta sobre a sanção, que pode chegar a até 2 bi. Essa sanção que o senhor leu não é aplicada pelo Banco Central, o que demonstra que não cabe ao Banco Central fazer isso. Quando o senhor lê assim, olha: "Se tiver alguém que está operando, pode chegar a até 2 bi...". Quem aplica essa sanção? Não é o Banco Central, como está previsto na lei que o próprio Senador citou.

E aí...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas quem identifica essas operações é o Banco Central.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não. Não. Na verdade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A SPA não tem controle de nada de movimentação financeira. Eles consultam sempre o Banco Central.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, Senador. Quem identifica...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ou alguém. Não sei se é o Coaf. Não sei.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É... Vamos lá: quem identifica se é uma instituição que deveria estar autorizada para *bet* ou não não é o Banco Central.

Eu não conheço, na literatura nem no caso, um banco central que arrogou para si a regulação de apostas. A gente tem várias coisas que talvez o nosso Banco Central pudesse acompanhar e se assemelhar mais ao que é a estrutura dos melhores bancos centrais internacionais, do ponto de vista de ter orçamento e questão financeira, mas eu não conheço um caso de um banco central ter, dentro do seu mandato, a fiscalização de apostas. É uma atividade que seria bastante estranha.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu sei.

Com relação a isso, Presidente, eu não tenho dúvida. O que eu pergunto é o seguinte: a Secretaria de Apostas encaminhou para o Banco Central, dizendo: "Olha, tem 22 instituições financeiras que estão operando com *site* ilegal...".

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu entendo, Senador. Eu entendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, notificou o banco. Qual é a reação do banco? O que está acontecendo?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso, a reação do banco é notificar a instituição e dizer o seguinte: "Olha, você tem ali instituições que você deve observar nos seus procedimentos e, a partir de agora, não autorizar mais". É dessa maneira que a gente vai fazendo, e a regulação estava em implementação até o ano passado. Ela passou a ter vigência em que mês? Janeiro. Então, assim, a partir de janeiro...

E eu entendo e compartilho enquanto cidadão da indignação do Senador, completamente, mas eu aqui estou como Presidente do Banco Central e eu não posso extrapolar quais são as funções que o comando legal me deu.

O primeiro ponto: o comando legal diz que quem fiscaliza e regulamenta apostas não é o Banco Central. Quem sanciona, como bem o Senador citou, não é o Banco Central. O Banco



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Central passar a fazer qualquer tipo de controle de pessoa física por instituição de pagamento, eu acho que não só teria um problema do ponto de vista do que é o sigilo, que a gente deve preservar – como eu citei aqui bem –, de cada um, como também não acho que seria um avanço legal para o Banco Central poder fazer isso. Não conheço em nenhum outro caso também que foi feito dessa maneira.

Lavagem de dinheiro e uma empresa estar operando de maneira não regulamentada são dois temas distintos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só aproveitando que o Líder está aqui... Porque, veja bem, não cabe também à Secretaria de Prêmios fazer confusão ou fiscalizar a instituição financeira. Ela diz ao Banco Central: "Olha, essa instituição financeira está operando de forma ilegal". Quem tem que agir é o Banco Central junto a essa instituição.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Esse é o tema. O que a instituição está dizendo para a gente, o que a Secretaria de Prêmios e Apostas está dizendo para a gente é: "Essas instituições aqui não estão autorizadas e fizeram operações nessa instituição financeira". Qual é o papel do Banco Central? O Banco Central não entra na fiscalização de uma pessoa física ou de uma pessoa jurídica. O Banco Central fiscaliza a instituição, que é autorizada pelo Banco Central para funcionar, e analisa os procedimentos dela. O que vai acontecer a partir daí? O Banco Central vai informar: "Olha, no seu procedimento de análise você precisaria considerar que essas instituições aqui não podem fazer essa transação". Não é o Banco Central que interrompe uma transação a partir daí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sei...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É a própria instituição que foi autorizada e supervisionada pelo Banco Central que tem que fazer isso.

Então, a partir do recebimento dessa informação da Secretaria de Prêmios e Apostas... Recebemos a primeira remessa – foi isso? – em que dia?

O SR. ROGÉRIO ANTÔNIO LUCCA (*Fora do microfone.*) – Foi agora em março.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Em 13 de março, para ser mais preciso.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso. Então, em 13 de março, nós recebemos. Faz...

Eu entendo que existe um incômodo – e aí extrapolando um pouco e falando como cidadão, para compartilhar um pouco a indignação do Senador –, eu acho que o incômodo decorre do fato de a gente estar com isso há cinco anos ali, ou seja, depois de ter sido autorizado, a gente passou cinco anos sem ter uma regulamentação. Essa regulamentação se inicia agora, não é do Banco Central. O Banco Central, uma vez informado pela Secretaria de Prêmios e Apostas, vai dizer para a instituição: "Você tem que analisar quem é esse indivíduo ou pessoa jurídica que está fazendo apostas e não está autorizado".

E a sanção, como bem o senhor citou, ela é feita não pelo Banco Central. A sanção é feita pela própria secretaria, e aqui o senhor comentou que pode chegar até 2 bilhões. Não cabe a gente.

Então, às vezes, e acho que a Senadora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas só para eu interromper, já interrompendo, a secretaria pode atuar a instituição financeira diretamente?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Essa sanção que o senhor colocou não é feita pela gente. Ela está na lei que prevê a questão das *bets*. Como a questão das *bets* não cita Banco Central, é ela que vai dizer: "Instituição, você está autorizando alguém a fazer pagamentos para uma empresa que não está autorizada para *bet*". Então, não é o Banco Central que vai atuar, ele, em 2 bilhões.

Por isso é que eu estou querendo dizer que uma instituição, às vezes, que é uma instituição financeira, ou autorizada pelo Banco Central para fazer aquilo que é o escopo da autoridade monetária – pagamentos, depósitos, tudo isso, lavagem de dinheiro –, é nisso que a gente vai estar. Mas essa instituição, apesar de ser autorizada pela gente, vai poder ser sancionada em diversas dimensões: pela Receita Federal; se ela não tiver com a autorização dos Bombeiros para funcionar de maneira adequada, ela vai ser atuada pelos Bombeiros, ainda que ela seja um banco.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão do que define quem autua é a ação e a atividade que está gerando a autuação. O caso de *bets* não é nosso. O caso de *bets* não é nosso e, no caso de *bets* também, não acho... A gente tem que preservar o sigilo de cada um, do cidadão, o sigilo bancário dele, de cada um.

Então, a regulação vai se dar de que maneira? Lavagem de dinheiro, essa, sim, é o Banco Central que vai fiscalizar. As instituições são supervisionadas, reguladas e autorizadas para entender se os procedimentos – lavagem de dinheiro – estão de acordo. Esse é um ponto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas isso é lavagem de dinheiro? A Secretaria está comunicando ao Banco Central: "Olha, está tendo lavagem de dinheiro com as instituições tais, tais e tais".

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Nós não recebemos uma informação de lavagem de dinheiro. Nós recebemos isto: que existem instituições não autorizadas – a Juliana, que é professora do tema, pode discorrer aqui longamente sobre como é que se enquadra a lavagem de dinheiro, o que configura lavagem de dinheiro –, uma instituição não autorizada a fazer *bet* fazer *bet* não é lavagem de dinheiro. É uma instituição que... Por isso até que se criou uma legislação específica para isso, para regular *bets*. Lavagem de dinheiro já tem uma regulação clara e uma legislação clara sobre o tema. O que eu...

Eu entendo, de novo, a indignação do Senador e o desejo de que alguém tome, na questão, alguma atitude, mas, para o Banco Central, eu preciso aqui respeitar o que é o meu mandato. Eu não posso nem deixar – como a Senadora Damares foi muito feliz, e agradeço a ela, no dia da minha sabatina –, nem deixar as minhas prerrogativas serem invadidas, nem invadir as prerrogativas de outros entes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Não, eu só quero tentar ajudar, mas entendo a indignação expressa pelo Senador Izalci. A minha pergunta é: o.k., mas será que essa "estagnação" das atividades não acaba, não dolosamente, mas não acaba ajudando que essas coisas se prorroguem? Porque, repare, a instituição financeira está autorizada pelo Banco Central. Ela teria a responsabilidade, porque senão eu poderia comparar, me perdoe se eu vou atrapalhar, eu poderia compará-la a um receptor de carro roubado. Ela sabe que aquela instituição... Ela foi notificada de que aquela instituição não



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

poderia operar, está operando e está recebendo o dinheiro, seja lá o que for, desta operação. Então, eu digo assim, ela está cometendo uma ilegalidade.

Eu sei que punir a empresa de *bets* compete à SPE, mas não caberia ao Banco Central punir uma empresa que recepciona um dinheiro de uma *bet* ilegal? Ela não é obrigada a saber que a *bet* é ilegal, mas, quando ela é notificada, por exemplo... Porque vocês têm autoridade para tirar a carta de operação deles, certo?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Certo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Alguém que fica recepcionando dinheiro... É só para aprofundar, porque a gente convive aqui todo dia... Eu comecei entender muito mais ou muito menos.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Não, não. A pergunta é ótima, porque, assim, o ponto é: nós estamos aqui num recorte, que é *bet*. Essa instituição faz várias outras coisas. E, aí, aconteceu de essa instituição que faz várias outras coisas, presta serviço e tem vários outros clientes que não fazem *bet* – ela vai ter n clientes que não fazem *bet* –, pontualmente, identificada agora, pela primeira vez, pela Secretaria de Prêmios e Apostas, fazer uma aposta para uma instituição que não está autorizada pela SPA. Quem vai aplicar essa multa para essa instituição de 2 bilhões, de até 2 bilhões pode ser uma instituição de pagamento, pode ser qualquer coisa que pode ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Exatamente. Quem vai fazer, inclusive para a instituição financeira, são eles. Então o fato de ela ser uma instituição... O que eu estou querendo dizer – eu vou fazer por extremo, como a gente faz em economia, por limite, para usar o exemplo aqui – é que não é porque é um banco que só o Banco Central que o autua. Ele pode ser... Se ele não tiver alguma coisa de funcionamento dos bombeiros, ele pode ser autuado, porque ele não tem isso; se ele não pagar o IPTU, ele pode ser autuado pelo município.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A SPA sabe disso, que ela pode autuar? Porque eu não sei se o Ministério da Fazenda e a Receita Federal...



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – O senhor leu, inclusive, o que o senhor citou é exatamente isso. Então essa instituição vai fazer vários outros serviços, vai ter vários outros clientes, inclusive clientes que não operam com isso, não fazem *bet*. A partir do momento que a SPA nos informa disso, a gente vai comunicar, mas a autuação, como foi bem colocado aqui pelo Senador, não é feita pelo Banco Central no que compete a *bet*.

E, de novo, tanto pela literatura quanto pelas melhores práticas internacionais de autoridade monetária, eu não encontro na minha memória aqui algum caso de a autoridade monetária ter puxado para si a fiscalização de *bets*. Seria algo bastante heteroxo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Galípolo e Senador Izalci, vocês me permitam um aparte às perguntas de vocês.

É que, por esse levantamento que a gente fez, Presidente Galípolo, sobre essas instituições financeiras que são supervisionadas pelo Banco Central como intermediárias de pagamento, elas operam para 136 *sites* ilegais. E aí a gente fica pensando aqui: há um vácuo na lei, e a gente fica com a sensação de que há uma dificuldade em a gente estabelecer na lei quem é responsável e quem toma medidas mais enérgicas e mais rápidas para coibir essa prática, porque é uma prática ilegal. A mídia sabe, todo mundo sabe, e termina que a gente não toma nenhuma medida em relação a isso. É por isso que eu acho que...

Bom, antes de terminar a minha fala, eu queria dizer para todos aqui que nos assistem que um médico esteve aqui e ele disse uma coisa muito interessante, Senador Damares: ninguém ganha de *bets*. Eu acho que isso aí deve ser um mote. A gente tem que falar isso em tudo quanto é lugar e para todo mundo: que ninguém ganha de *bets*. E quem está dizendo que ganha com *bets*, esses *influencers*, estão só ganhando eles; ninguém ganha de *bets*. Então, o que acontece...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpa, Senador Izalci. É porque essa discussão é uma preocupação minha.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essas instituições que operam para esses *sites* de apostas ilegais, a gente fica achando, tendo uma sensação, Líder Jaques, de que há um vácuo legal. A gente tem que estabelecer uma legislação mais aprimorada em relação a coibir esse tipo de atividade, que é uma atividade que é muito nociva à economia do nosso país.

Então desculpa a minha interrupção, mas volto a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou pedir desculpas à Senadora Damares. Um item ficou faltando – e V. Exa. até já comentou. Eu pergunto: como o Banco Central planeja evitar que operadores ilegais contornem a fiscalização migrando para criptomoedas ou remessas internacionais, considerando estimativas de US\$33 bilhões enviados entre 2019 e 2024, e quais medidas estão sendo tomadas para fortalecer o mercado regulado interno nessa linha?

E, diante da cooperação entre Coaf e Secretaria de Prêmios na elaboração normativa da Portaria 1.143, de 2024, como o Banco Central avalia a eficácia da proibição de criptoativos nas transações de apostas? E que ações estão sendo tomadas para evitar que métodos alternativos de pagamento não rastreáveis sejam utilizados por operadores e apostadores em detrimento das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro?

Só... Eu não falei da Receita Federal, mas é a mesma coisa. Como é que o Banco Central pretende coordenar, junto com a Receita Federal e instituições internacionais, para coibir a evasão fiscal por meio de plataformas de apostas ilegais, considerando a participação de grupos estrangeiros sediados em jurisdições como Curaçao, Ilhas Virgens Britânicas, que se recusam inclusive a cumprir a legislação brasileira?

É isso.

A SRA. JULIANA MOZACHI SANDRI (Para expor.) – Permita-me começar... Agradeço, Senador. Vou puxar começando por uma ponderação que o Senador Jaques Wagner fez com relação aos diferentes atores. Pergunta: são tantos atores, será que não deveria ser concentrado isso de alguma forma?

O nosso sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, da mesma forma que outros internacionalmente, já prevê esse compartilhamento e esse compartimento das funções. Então,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o Banco Central olha um pedaço; a Secretaria, a SPA, olha a questão de *bets*; a Polícia Federal e as polícias civis também têm um papel importante, assim como o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos, o Coaf. É justamente a combinação e a articulação de todos esses setores, desses órgãos, cada qual com a sua competência, que no primeiro momento pode dar essa indignação – quem está fazendo o quê –, mas ele possui justamente esse propósito de cada qual atuar no seu papel. E, nesse sentido, os senhores estão perfeitamente... colocaram muito bem essa necessidade de articulação.

No que se refere à prevenção à lavagem de dinheiro, o Banco Central conversa muito e está atuando muito tanto com a SPA quanto com o Coaf de novo, porque nem tudo que é *bet* legal necessariamente é um crime antecedente da lavagem de dinheiro, e cada qual atua aí na sua esfera de competência para justamente a gente fazer essa informação circular entre todos os atores, para que possam atuar.

Com relação a ativos virtuais, a gente está acompanhando. Existem três consultas públicas que foram encerradas recentemente e que preveem justamente fechar todas essas barreiras. A gente está investindo nessa regulação. A regulação deve sair em breve, que é o que vai permitir justamente que a supervisão do Banco Central possa atuar sobre os ativos virtuais. Esse procedimento de haver a regulação é o que nos dá o mandato para poder atuar, seja, daí, no caso da preocupação dos ativos virtuais para a lavagem de dinheiro ou para qualquer remessa ao exterior. As consultas públicas já trouxeram essa previsão e esses cuidados, e a gente está em fase de elaboração da norma.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, está contemplado? Posso passar a palavra para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Pode. Depois eu faço as considerações com relação...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, pois não.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Gabriel, obrigada por estar conosco; Dra. Juliana; Dr. Rogério.

Lamento te informar, Dr. Gabriel: o senhor está numa onda de azar. *(Risos.)*

Na verdade, a nação está numa maré de azar muito grande, e isso me preocupa muito, Dr. Gabriel: uma nação que precisa do azar para gerar economia. Nós temos que ter muita preocupação com essa nação.

Emissoras que precisam do azar para estar no ar. Inclusive, as emissoras estão aqui hoje. Eu vou recomendar ao Presidente que quando a gente trazer um outro ludopata, vamos trazer Dr. Gabriel junto para a imprensa transmitir para o Brasil o choro e o desespero de um ludopata. Eu acho, Dr. Gabriel – o senhor atrai a imprensa –, que a gente vai ter que mostrar para o Brasil o que é a ludopatia. E dizer para o Senado Jaques Wagner: ô Jaques Wagner..

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se eu entendi, a senhora quer que eu eleja o Presidente Galípolo garoto propaganda da CPI das Bets, é isso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, exatamente. *(Risos.)*

Senador Jaques, toda vez que o Presidente Gabriel vier ao Senado, o Governo não precisa estar na Comissão, não, porque é um Presidente respeitado e tem o carinho de todos os nossos Senadores aqui. E eu preciso registrar isso.

Dr. Gabriel, eu tenho muitas perguntas para fazer, mas eu queria pedir permissão para encaminhá-las por escrito, porque são muitas perguntas. Mas parte de nossas perguntas – tanto as minhas preocupações como as do Izalci – partem do depoimento do delegado aqui no dia 26/11. Se a sua assessoria não leu, eu recomendaria que as notas taquigráficas fossem lidas na íntegra por toda a equipe do Banco Central, porque ele foi muito duro com o Banco Central.

No mesmo sentido, nós temos o relatório do inquérito policial, o último inquérito agora, de 2024, em que o presidente do inquérito disse: "Ocorre que o Banco Central, de início, foi negligente com essas instituições". O inquérito é muito duro com o Banco Central, assim como o depoimento do delegado que aqui esteve, o delegado do Distrito Federal. E nós vamos ter um outro delegado aqui, logo, que é um delegado que está pegando muitas situações. E eu vou,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, esperar a vinda desse delegado para completar as minhas perguntas. Porque, lá na ponta, na prática, é que muita coisa está sendo vista.

Eu até entendo a boa vontade do Banco Central, e entendo também, Presidente, a expectativa que o Brasil tem com relação ao Banco Central em toda essa regulamentação, em botar o freio nesses absurdos que estão acontecendo no Brasil, quando a gente entende... e essa expectativa: do que está bom no Brasil, não é o Banco Central o culpado; do que está ruim, é o Banco Central.

Ser Presidente do Banco Central nessa onda de *bets*... eu creio que os desafios de vocês são muito grandes. Eu não queria estar no lugar de vocês. Mas a gente precisa dar respostas. E essa CPI não nasce só para fazer indiciamento ou colocar bandidos na cadeia. Nós estamos trabalhando muito também, nessa CPI, indicações, encaminhamentos, propostas para ajudar os senhores, para ajudar a Secretaria de Aposta, para ajudar a nação, inclusive propostas legislativas a gente vai encaminhar a partir dessa CPI.

Então, o que eu quero desejar a vocês? Boa sorte, se encontrem nessa maré de azar, porque não está fácil – não está fácil –, não sei como a gente vai lidar com isso.

Quando vocês trazem uma portaria falando da volumetria. O que é volumetria: R\$30 a R\$300 milhões? Essas instituições vão lá no banco, como o delegado disse, vão lá, abrem, fecham, o volume é 30 mil, é 30 milhões, é 300 milhões. A gente não está entendendo isso. Então, eu vou esperar o próximo delegado vir, porque ele vai trazer situações da prática, e serão os senhores que terão que nos dar as respostas.

E, acreditem, nós queremos ajudá-los a fazer essa regulamentação, porque nós estamos muito preocupados com o que está acontecendo – estou preocupada, de fato. Eu tenho uma vertente aí especial com relação às crianças, aos jovens, aos adolescentes, à publicidade. Como é que nós vamos fazer, Doutor? As apostas de meia-noite às seis da manhã nós vamos interromper? Esses jogos... À noite é quando os ludopatas mais jogam. Nós estamos preocupados. Como é que vocês vão vir com a gente nessa regulamentação e nas respostas que o Brasil tanto deseja?



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho muitas perguntas, vou mandá-las por escrito, se me permitem, mas vou aguardar a vinda do outro delegado, que eu acho que já vai ser nos próximos dias, porque eles trazem na prática situações que os senhores não estão vendo. Inclusive, ler o depoimento desses delegados poderá ajudá-los na elaboração e na confecção de normas.

Então, obrigada por estar aqui.

Sucesso e que os senhores saibam nadar nessa onda de azar que está difícil! Está difícil lidar com o azar, com os jogos de azar no Brasil, com as apostas e com essa coisa chamada *bets*, mas elas existem. Gostaria que elas não existissem – gostaria –, mas elas existem e nós vamos ter que dar respostas.

Obrigada, Dr. Gabriel.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, só para fazer um esclarecimento à Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Eu venho, como Líder do Governo, por uma questão de cortesia com os membros do Governo ou de instituições que têm a sua autonomia. Não é por medo dos Senadores, não. (*Risos.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Primeiro, eu queria agradecer as palavras da Senadora Damares, que é sempre muito carinhosa com o Banco Central e sempre na direção de colaborar mesmo com o país e com as preocupações.

E a vinda aqui nossa eu acho que nos dá uma grande oportunidade justamente de poder tentar esclarecer quais são as atividades do Banco Central. E esse é um desafio que perpassa todas as atividades da autoridade monetária. Sempre esse desafio de comunicar o que é que o Banco Central faz e o porquê faz é um desafio que relativamente passou a ser enfrentado há pouco tempo. Até 30 anos atrás... Até mais Senador, obrigado, viu, querido? Até 30 anos atrás, o Banco Central não comunicava nem as suas decisões de política monetária – e não é só o brasileiro, o banco central americano não comunicava. E essa dificuldade de o Banco Central



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar as linguagens adequadas... Depois até a Juliana vai poder comentar um pouco, Senadora. A gente comentou aqui um pouco no início, Senadora, sobre o processo de educação financeira que o Banco Central tem e o projeto que a gente tem voltado para isso. Mas essas diversas linguagens e o que é necessário ser feito para poder conseguir alcançar a sociedade e explicar o que é a atribuição do Banco Central e o que não é não é simples, é um desafio grande – não é de hoje –, que a gente pretende enfrentar. E essa é uma grande oportunidade para a gente poder estar dando satisfação à sociedade sobre o que a gente faz.

Eu não vi realmente o depoimento do delegado. Agradeço à Senadora pela recomendação aqui e pela lembrança. Mas, só para dar um exemplo – a Juliana aqui me corrige se eu estiver falando alguma coisa equivocada e ela pode explicar muito melhor do que eu esse tema –, você pode chegar a ter um caso de lavagem de dinheiro ou de terrorismo que aconteceu e foi identificado por uma instituição, e o Banco Central não vai ser informado sobre isso. Essa identificação por uma instituição que é supervisionada, autorizada pelo Banco Central tem de informar aos órgãos competentes que vão trabalhar com isso, que vai ser a Polícia Federal, o Ministério Público, o Coaf, sem informar o Banco Central.

Então, às vezes, há esse sentimento disseminado no senso comum, vamos chamar assim, de que tudo é dinheiro. Tudo é transação via dinheiro, então, logo aquela obrigação é toda do Banco Central. Por essa lógica, tudo estaria sob regulação do Banco Central, porque todo tipo de relação, numa sociedade como a nossa, envolve relações de mercado, de pagamento. E aí, tudo está relacionado com a autoridade do Banco Central e supervisão do Banco Central? Não. E aí, essa oportunidade de estar aqui na CPI e a pergunta que a Senadora nos coloca, nos dá essa oportunidade de explicar.

Às vezes, você vai ter ali um cidadão que fez alguma operação que ensejou uma suspeita de lavagem de dinheiro, de terrorismo. O Banco Central vai ser o órgão informado por isso? Não será. Não é o Banco Central. Mas foi numa conta de um banco que ele fez, ele fez usando um Pix, ele fez... Tudo bem, mas não é o Banco Central. O Banco Central é quem vai supervisionar os procedimentos das instituições que são autorizadas pelo Banco Central, para que elas possam identificar isso. Então, ele vai enviar para o Coaf, para o Ministério Público, para a Polícia Federal, para quem for de obrigação de estar supervisionando e dentro do seu quintal ali isso, mas não é de obrigação do Banco Central.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei, não vi o depoimento delegado, mas muitas vezes é normal que as pessoas pensem, "bom, se foi feito dentro do sistema financeiro, quem deveria estar identificando é o Banco Central, ele que deveria estar acompanhando, ele que deveria ter sido informado". Não é assim que é o arcabouço legal que funciona não só no Brasil. Só para dizer, a Juliana participa de vários grupos que envolvem bancos centrais internacionais e outros órgãos de controle, e o Brasil está alinhado ao que são as melhores práticas internacionais, do ponto de vista de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo.

E aí, eventualmente, esta lógica de que envolve uma transação que passa pelo sistema financeiro, passa essa ideia de que o Banco Central deveria preventivamente interromper. O Banco Central não entra em cada uma dessas operações, e acho que nem seria possível, do ponto de vista computacional, o Banco Central conseguir acompanhar todas essas operações. Mas eu agradeço demais, mais uma vez, a Senadora, pela oportunidade de a gente poder esclarecer. E óbvio, Senadora, nem preciso lhe dizer, você sabe que a Casa é sua, o Banco Central vai estar sempre aberto para responder os questionamentos que a senhora tiver e qualquer membro aqui da Casa, da maneira como a senhora achar mais conveniente: por escrito ou ao fazer uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

Passo aqui, em seguida, da palavra ao Senador Izalci, que quer fazer suas últimas considerações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, só um complemento.

Pelo visto, as instituições de pagamentos operam livremente, pelo que foi colocado. Se as instituições de pagamento não comunicarem a irregularidade ao Coaf, dificilmente a operação irregular será identificada. Então, se não houver uma comunicação ao Coaf pela instituição de pagamento, a gente não vai identificar nunca as operações irregulares. No papel, está tudo certo, mas, na prática, a fiscalização é cheia de buracos, cheia de falhas.

Por exemplo, a Resolução 80, de 25 de março de 2021, do Banco Central, não detalha diretamente as sanções específicas aplicáveis à instituição de pagamento em caso de



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

descumprimento, mas ela remete às normas gerais do Banco Central e à legislação aplicável, com a Lei nº 12.865, de 2013, e o arcabouço regulatório do Sistema Financeiro Nacional.

Então, as sanções estão previstas de forma mais ampla no contexto de fiscalização do Banco Central, porque aí vem uma série de... multa, suspensão, inabilitação, cassação de autorização, então tem uma série de coisas. Lógico que ninguém aqui quer que o Banco Central controle cada aposta ou cada operação, mas o Banco Central tem todas as condições de cobrar, de fiscalizar, de multar, de fazer o que for com as instituições de pagamento. Ora, se o setor de aposta do Ministério da Fazenda diz assim: "Banco Central, essas instituições, 22 hoje, tais, tais, tais, tais, estão operando com *sites* ilegais". Bem, estão operando com pessoas fora do sistema, bandidos até, porque, na prática, quem opera – pelo menos a partir de 2025 – de forma irregular está cometendo crime. Então o Banco Central está sendo informado: "Olha, essas instituições são criminosas, e as instituições de pagamento autorizadas por vocês estão operando com elas". Era mais ou menos dizer isto: "Olha, os traficantes tais estão operando com essas instituições, vocês vão fazer o quê?". Ninguém quer que vocês prendam o traficante, mas a instituição de pagamento tem que proibir ou tem que comunicar o Coaf imediatamente, sob pena de punições, sobre as operações que estão ocorrendo irregularmente, porque está muito claro para nós que há muita irregularidade, muita operação irregular acontecendo – né, Presidente?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Senador, como eu disse, depende da irregularidade. E aí esse tipo de confusão é bastante comum. Por exemplo, só para dar um exemplo hipotético, às vezes acontece de alguém perguntar para a gente: "Olha, tem alguém querendo trazer um dinheiro lá de fora, o banco não está autorizando, você consegue trazer esse dinheiro lá de fora?". Não é o Banco Central que faz isso, é a instituição financeira que vai analisar o *compliance*, se aquela instituição lá de fora pode trazer o dinheiro ou não. Então o Banco Central não liga para um banco e fala assim: "Libere esse dinheiro lá de fora". Então, às vezes, acontece esse tipo de confusão de as pessoas acharem que é a gente que é responsável por esse tipo de coisa. Depende da irregularidade, e cada um tem a sua atribuição, como a gente falou bem aqui, de como é que se dá essa divisão.

A irregularidade que foi feita, qual é? É lavagem de dinheiro? Se é lavagem de dinheiro, a gente vai ter os indícios que vão ser identificados pela instituição financeira, que é quem



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu ou não permitiu fazer uma transferência, trazer dinheiro de fora, mandar dinheiro para fora, mandar um pagamento para algum lugar, vai ser a instituição financeira que vai identificar. Ela tem obrigação. Ela tem a obrigação de fiscalizar, ela vai travar, se ela entender que tem algum problema e não vai deixar acontecer; e, da mesma maneira, se ela identificar que aquilo vai chegar num rastro que mereceria uma investigação policial, alguma coisa desse tipo, é ela que vai mandar para a Polícia Federal fazer a investigação. Da mesma maneira vai funcionar com as *bets*. Essas instituições vão ter... Ele vai falar assim: "Olha, você, a partir de agora, não pode permitir fazer esse tipo de transferência mais". Aconteceu a primeira remessa para a gente, agora em março, de informações de instituições que estão autorizando instituições não autorizadas a fazer *bets*. A partir deste momento, nós vamos identificar essas instituições e falar: "Olha, você não pode mais. No seu procedimento, você precisa checar isto". Isso passou a acontecer, como a gente falou, há menos de um mês, de a SPA nos informar.

Agora, como eu disse, não é tudo que é dinheiro que é atribuição do Banco Central. Se existir uma irregularidade de alguém que está tentando trazer dinheiro da maneira inadequada ou fazer um pagamento de uma maneira inadequada, vai caber ao banco informar à Polícia Federal, e a Polícia Federal vai fazer a investigação. Então, não é o Banco Central que faz esse tipo de acompanhamento ali. E eu, de novo, entendo perfeitamente a indignação do Senador, mas eu acharia estranho que a gente avocasse ao Banco Central, à autoridade monetária que ela passasse a fazer isso, porque eu não encontro esse tipo de atuação em nenhuma outra autoridade monetária.

O que as autoridades monetárias do mundo fazem é muito parecido com o que o Brasil faz. E eu entendo perfeitamente, assim, "poxa, como é que tem ali uma instituição que está autorizando alguém que não estava autorizado a fazer pagamento de *bets* antes?". É um processo de adaptação, a gente passou cinco anos ali sem ter uma regulamentação, vai chegar agora o Banco Central e o Banco Central vai se comunicar com a instituição, não com o cidadão que eventualmente está fazendo algum tipo de remessa de dinheiro, que pode ser entendida como ilegal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só para colaborar inclusive, para ficar claro, a gente sabe que qualquer empresa, qualquer instituição depende de várias coisas – autorização para o funcionamento, alvará do corpo de bombeiro, o



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CNPJ, tem uma série de coisas –, nós sabemos disso. Agora, a Secretaria de Apostas comunicou ao Banco Central, então, especificamente, "olha, Banco Central, tem 22 instituições que estão operando com *bets* ilegais", ou seja, está identificado qual é o problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não autorizadas, ilegais. Quem não está autorizado é ilegal, não podia estar operando.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso, e a partir daí o que o Banco Central vai fazer? Vai chamar a instituição e falar assim: "No seu procedimento de identificação...", porque eu não posso fechar a instituição ou todas as instituições...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não... Sim, lógico.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... porque muitas dessas instituições são instituições que têm vários clientes, com outras atividades...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Várias outras atividades, eu sei, Presidente. Não tenho dúvida disso. Agora, eu só estou dizendo o seguinte: é porque aqui em duas semanas você opera bilhões. Então, se a gente demorar um mês, são bilhões que estão indo para fora ilegalmente.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – E o Banco Central por dia roda sete trilhões, é isso mesmo. Nossos números lá são grandes mesmo. É isso mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A gente não pode também esperar um mês, dois meses para tomar uma atitude, não é?

Mas acho que ficou claro aqui, Presidente, e acho que a Secretaria de Apostas, a Receita Federal, o Coaf têm que juntar isso aí e a gente tomar medidas mais drásticas, porque é muito dinheiro, são bilhões de dólares que estão indo todo dia... Isso aqui nós estamos falando de comunicações de instituições que estão operando ilegais já detectadas. Agora, nós temos milhares de outros *sites* operando também fora das instituições legais. Então a coisa é muito mais grave do que a gente imagina.

É isso, Presidente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci. Obrigado a todos os Senadores e Senadoras que nos acompanharam, a todos que estão nos acompanhando presencialmente e remotamente aqui. Quero agradecer, em nome da CPI, a presença do Dr. Rogério Lucca, da Dra. Juliana Sandri e do nosso Presidente do Banco Central, o Gabriel Galípolo, pela presença na nossa CPI. Foi muito esclarecedora, e eu acredito que nós estamos fazendo um grande serviço ao país com essa preocupação de criarmos mecanismos que protejam cada vez mais a sociedade de algo que tem se mostrado absolutamente nocivo e muito rentável para poucas pessoas, fazendo sofrer muitas famílias brasileiras.

E encerro agradecendo a presença de todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente... Presidente, eu pediria a V. Exa... Nós temos alguns requerimentos de...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não vou votar requerimento hoje... Não, não, não vou colocar nenhum para votar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Exa. pode pautar na...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Na próxima quinta... Na próxima quinta teremos...

Inclusive, antes de encerrar essa nossa reunião, eu dou ciência a todos de que ocorrerá a oitava da Sra. Deolane Bezerra, convocada na qualidade de testemunha, nos termos do Requerimento 27, de 24.

E, antes de declarar encerrada esta sessão, eu queria só chamar a atenção de todos: ninguém, ninguém ganha de *bets*.

Um grande abraço e Deus abençoe.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)





Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4886640606>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

